



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 171/10

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO da Câmara dos Deputados, por intermédio deste Pregoeiro legalmente designado, tendo em vista o que consta do Processo n. 126.676/2009, torna pública, para conhecimento dos interessados, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, destinada à aquisição de Sistema de Alimentação Ininterrupta (SAI), incluindo instalação, configuração, treinamento e garantia de funcionamento pelo período de doze meses.

O Pregão, do tipo "MENOR PREÇO", com fornecimento integral, reger-se-á pelo disposto neste Edital e em seus Anexos, pela Portaria n. 1, de 2003, da Primeira-Secretaria da Câmara dos Deputados; pela Lei 10.520, de 2002; pela Lei Complementar n. 123, de 2006; pelo REGULAMENTO DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, doravante designado como "REGULAMENTO", aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7 de junho de 2001, e publicado no Diário Oficial da União de 5 de julho de 2001; e, subsidiariamente, pela Lei 8.666, de 1993.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O objeto do presente Pregão é a **aquisição de Sistema de Alimentação Ininterrupta (SAI), incluindo instalação, configuração, treinamento e garantia de funcionamento pelo período de doze meses**, de acordo com as quantidades e especificações técnicas descritas no Anexo n. 2 e demais exigências e condições expressas neste Edital e em seus Anexos.

1.2. No interesse da Câmara dos Deputados, o valor do Contrato decorrente desta licitação poderá ser aumentado ou diminuído em até 25% (vinte e cinco por cento), em razão de acréscimos ou exclusões de componentes do objeto, nas mesmas condições contratuais da proposta, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 113 do REGULAMENTO.

1.2.1. As supressões além desse limite são facultadas por acordo entre as partes, em conformidade com o parágrafo 2º do artigo 113 do REGULAMENTO.

2. DO CRONOGRAMA DE PROCESSAMENTO DO PREGÃO

2.1. Os procedimentos básicos deste Pregão serão processados nas datas e nos horários a seguir discriminados, observado o horário oficial vigente no Distrito Federal e dessa forma serão registrados no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame:

2.1.1. **30/8/2010:** Divulgação do Pregão, mediante avisos publicados no Diário Oficial da União, no jornal Correio Braziliense, ambos editados em Brasília-DF, e no sítio eletrônico www.camara.gov.br na rede mundial de computadores Internet.

2.1.2. **31/8/2010: a partir das 9h até às 18h do dia 10/9/2010:** apresentação de propostas por meio eletrônico em



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

formulário disponível no sítio indicado no subitem anterior.

- 2.1.3. **13/9/2010:** às 10h: início dos procedimentos, via internet, relativos a:
- a) abertura das propostas;
 - b) admissão das propostas formuladas em perfeita consonância com as especificações e condições previstas neste Edital;
 - c) divulgação do valor da proposta de menor preço, vedada a identificação da respectiva proponente;
 - d) abertura da etapa competitiva de lances na forma do Título 6.

2.2. Na hipótese de não haver expediente em qualquer dos dias fixados neste Edital, os eventos respectivos ficam transferidos para o primeiro dia útil subsequente, mantidos os horários preestabelecidos.

3. DA PARTICIPAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Pregoeiro somente aceitará participação de pessoa jurídica inscrita no Cadastro de Fornecedores da Câmara dos Deputados, sendo condição essencial para a habilitação que o objetivo social, expresso no Estatuto ou Contrato Social, especifique atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação, não se admitindo a apresentação de Certificado de Registro Cadastral fornecido por outro órgão.
- 3.2. A solicitação de Registro Cadastral deverá ser feita na Seção de Cadastro de Fornecedores da Secretaria da Comissão Permanente de Licitação da Câmara dos Deputados, localizada no Edifício Anexo I da Câmara dos Deputados, 14º andar, sala 1406, após a formalização do pedido por meio do preenchimento do pré-cadastro na página da internet <http://www2.camara.gov.br/transparencia/licitacoes/fornecedores>.
- 3.3. Por motivos operacionais, fica a Comissão Permanente de Licitação desobrigada de validar o cadastramento da pessoa jurídica cuja documentação exigida para esse fim não estiver disponibilizada na Secretaria da Comissão até dois dias úteis antes da data prevista para a abertura das propostas.
- 3.4. O credenciamento para participar de pregões eletrônicos dar-se-á pela atribuição de senha, pessoal e intransferível.
- 3.5. A senha terá validade por um ano, ressalvada a hipótese de cancelamento por iniciativa da pessoa jurídica ou por não atendimento por parte da pessoa jurídica de exigências estabelecidas pela Câmara dos Deputados.
- 3.6. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, não cabendo à Câmara dos Deputados qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de mau uso ou uso indevido.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

- 3.7. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou do seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 3.8. O interessado em participar do Pregão deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico que detém pleno conhecimento das exigências de habilitação previstas neste Edital e que atende às referidas exigências.
- 3.9. Orientações adicionais sobre como participar de pregões eletrônicos podem ser obtidas na página <http://www2.camara.gov.br/transparencia/licitacoes/fornecedores>.

4. DO ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Serão consideradas habilitadas para o presente Pregão as licitantes que estejam inscritas no Cadastro de Fornecedores da Câmara dos Deputados, com indicação, no respectivo Certificado de Registro Cadastral, do exercício de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão, e que apresentem a seguinte documentação:
 - 4.1.1. prova de registro ou inscrição da licitante e dos responsáveis técnicos, junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA da região a que estiverem vinculados;
 - 4.1.2. declaração, fornecida pela licitante, com indicação do nome, de que possui, em seu quadro permanente, na data prevista para a abertura da licitação, profissional(is) de nível superior detentor(es) de acervo(s) técnico(s) (individualmente ou em conjunto) relativo(s) à execução dos serviços abaixo descritos, a que se anexará:
 - 4.1.2.1. comprovação da capacidade técnico-profissional, mediante apresentação de CAT(s) - (certidão(ões) de acervo técnico) expedida(s) pelo CREA, que ateste(m) a realização, por um ou pelo conjunto dos profissionais, dos serviços de instalação, manutenção e reparo de SAI trifásico modular de tecnologia *true on-line* de dupla conversão na configuração paralelo redundante distribuído, de potência nominal igual ou superior à potência nominal do SAI especificado, considerando-se o conceito de modularidade definido para esta licitação;
 - 4.1.2.2. comprovação do vínculo do profissional com a licitante, por meio de apresentação de cópia autenticada da CTPS ou registro de empregado ou mediante a apresentação de cópia de contrato de prestação de serviços; ou se sócio, pela apresentação de cópia do contrato social;
 - 4.1.3. atestado(s) (ou declaração(ões) de capacidade técnico-operacional em nome da licitante, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) CAT(s) devidamente registrada(s) no CREA, que comprove(m) ter a licitante executado, em caso de contrato encerrado, ou esteja executando, em caso de contrato vigente, satisfatoriamente, em contratos diversos ou em um mesmo contrato, no Brasil, serviços de instalação, manutenção e reparo de SAI trifásico modular



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

de tecnologia *true on-line* de dupla conversão na configuração paralelo redundante distribuído, de potência nominal igual ou superior à potência nominal do SAI especificado, considerando-se o conceito de modularidade definido para esta licitação;

- 4.1.4. os profissionais indicados pela licitante, para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional, de que trata o inciso I, § 1º, artigo 30, da Lei 8.666, de 1993, deverão participar dos serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que, previamente, aprovada pela administração.
- 4.2. Obriga-se a licitante a declarar, quando for o caso, sob as sanções administrativas cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, ou que se encontra em concordata, recuperação judicial ou estado falimentar, ou que foi declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública.

5. DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS

ATENÇÃO: A cotação do valor na proposta eletrônica é pelo **PREÇO UNITÁRIO DO ITEM ÚNICO**.

- 5.1. Ao registrar eletronicamente o valor de sua proposta, a licitante já deverá ter pronto o conjunto de sua proposta analítica obedecendo ao Modelo completo da Proposta, disposto no Anexo n. 3, e a documentação de habilitação (subitens 4.1.1 a 4.1.3 deste Edital), configurados, preferencialmente, em documento nos seguintes formatos: Adobe Acrobat Reader (extensão .PDF) ou Word (extensão .DOC) ou Excel (extensão .XLS).
 - 5.1.1. O conjunto da proposta analítica deverá ser disponibilizado pela ofertante do menor preço, após o término da etapa competitiva, quando solicitado pelo Pregoeiro.
 - 5.1.1.1. Simultaneamente às providências previstas no subitem 5.1.1, a licitante enviará cópia de sua proposta para o endereço eletrônico: cpl@camara.gov.br.
 - 5.1.2. **Quando for o caso**, a licitante incluirá, no conjunto que constitui documento eletrônico referido neste item, cópia da declaração de superveniência de fato impeditivo da habilitação conforme o disposto no item 4.2 deste Edital.
 - 5.1.3. Caso não seja possível enviar, pelo sistema, a documentação de habilitação a que se refere o item 5.1 deste Edital, ou a documentação técnica a que se refere o Título 3 do anexo n. 1, quando solicitada, essa(s) poderá(ão) ser enviada(s) por meio do fax (0xx61) 3216-4915 ou do endereço eletrônico cpl@camara.gov.br.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

5.2. A licitante implantará sua proposta eletrônica no período indicado no subitem 2.1.2 do presente Edital.

5.2.1. **Caso queira usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 48 da Lei Complementar 123, de 2006**, a licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, por ocasião do encaminhamento da proposta e em campo próprio do sistema eletrônico, que atende aos requisitos previstos no artigo 3º da referida lei.

5.2.1.1. O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.3. São de inteira responsabilidade da licitante todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. Incumbirá ainda à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de pane ou falha de seu computador ou provedor ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou pela desconexão.

5.5. O acesso à sessão pública do Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação do CNPJ e da senha privativa que automaticamente será associada à razão social da licitante, mantido o sigilo absoluto.

5.6. A proposta da licitante apresentada exclusivamente no sítio <https://compras.camara.gov.br/compras/licitante> explicitará o **preço unitário do item único** e as demais informações necessárias (ver Anexo n. 4).

6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Na data e no horário determinados para a abertura das propostas, o Pregoeiro fará divulgar o **MENOR PREÇO UNITÁRIO PARA O ITEM ÚNICO**, dando início, em seguida, à etapa competitiva.

6.2. Na etapa competitiva, as licitantes poderão oferecer lances sucessivos para o item, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas, em tempo real, do seu recebimento, do horário do registro e do valor ofertado.

6.2.1. Os lances deverão ser, necessariamente, **inferiores** ao último lance ofertado pela própria licitante.

6.3. Na hipótese de oferecimento de mais de um lance de idêntico valor, será considerado como válido, para efeito de classificação, aquele que tiver sido



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

recebido em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

- 6.4. A duração inicial da etapa de lance será de **quinze minutos**, cujo término iminente será objeto de aviso emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá um período adicional com duração definida aleatoriamente num intervalo de até trinta minutos, findo o qual será automática e definitivamente encerrada a recepção de lances.
- 6.5. Alternativamente, e a critério exclusivo do Pregoeiro, o período adicional de que trata o item anterior poderá ser fixado em trinta minutos, mediante comunicação a ser feita no momento do aviso do término iminente do período inicial.
- 6.6. Só serão considerados válidos os lances que forem registrados pelo sistema eletrônico até o exato momento determinado para o encerramento da recepção desses.
- 6.7. Após a fase de lances, verificando-se que a **proposta mais bem classificada não** é de licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte e existindo proposta de empresa que fez a declaração prevista no subitem 5.2.1 deste Edital, será observado o seguinte:
 - 6.7.1. O sistema, de forma automática, verificará a ocorrência de empate, nos termos do art. 44 da Lei Complementar n. 123, de 2006, assegurando, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
 - 6.7.1.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à melhor proposta.
 - 6.7.2. Verificado o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, **no prazo preclusivo de 5 (cinco) minutos, contados do envio de mensagem pelo sistema**, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
 - 6.7.2.1. A adjudicação fica condicionada ao atendimento do disposto no Título 9 deste Edital.
 - 6.7.3. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem 6.7.2 deste Edital, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.7.1.1 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
 - 6.7.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 6.7.1.1 deste Edital, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

desempate, conforme inciso III do art. 45 da Lei Complementar 123, de 2006.

- 6.7.5. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da Lei Complementar n. 123, de 2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada.
- 6.8. Após a etapa competitiva, o Pregoeiro poderá encaminhar à licitante que tenha apresentado a proposta ou o lance de menor valor, contraproposta visando à obtenção de preço melhor.
- 6.9. Se decidir pela aceitação do preço ofertado, o Pregoeiro, após a conclusão da etapa competitiva, anunciará aos participantes o resultado, informando o nome da ofertante do menor preço e procederá à verificação do atendimento das condições de habilitação por parte dessa proponente.
- 6.10. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, sendo ainda desclassificada a proposta ou lance que consignar preços unitários ou total excessivos, manifestamente inexequíveis, simbólicos, irrisórios ou de valor zero.
 - 6.10.1. Entende-se por preço unitário ou total excessivo aquele que, após a fase de lances ou negociação, extrapolar os valores apresentados no orçamento estimado constante do Anexo n. 6 deste Edital.
- 6.11. No caso de não aceitação do lance de menor valor, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance imediatamente subsequente, procedendo na forma do item 6.7 deste Edital.
- 6.12. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível.
- 6.13. Não será admitida desistência de lances ofertados, sujeitando-se a licitante às sanções administrativas constantes do item 12.1 deste Edital.

7. DA PROPOSTA ANALÍTICA

ATENÇÃO: A proposta analítica só será enviada pelo autor da proposta de menor preço. Faça o download do modelo em <http://www2.camara.gov.br/transparencia/licitacoes/editais/pregaoeletronico.html>.

- 7.1. É **obrigatório** que a proposta analítica seja elaborada na forma do “Modelo Completo da Proposta” constante do Anexo n. 3, dispensada qualquer outra informação adicional não expressamente exigida.
- 7.2. A proposta será apresentada preferencialmente em duas vias, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada, rubricada em todas as folhas e assinada pelo representante legal da licitante, e deverá explicitar:
 - a) nome, CNPJ, endereço, fone/fax e endereço eletrônico da licitante;
 - b) menção a este Pregão, com indicação do seu número;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

- c) prazo de validade da proposta de, no mínimo, sessenta dias, contados da data prevista para abertura da licitação;
- d) prazo de entrega, instalação, *start-up* e realização do treinamento operacional para o item único do objeto da licitação de, no máximo, sessenta dias, contados da data de assinatura do contrato, observado o disposto no Título 6 do Anexo n. 1, no Título 11 do Anexo n. 2 e subitem 12.3.3 do Anexo n. 2;
- e) prazo de garantia dado ao objeto da licitação de, no mínimo, doze meses, contados a partir do *start-up*, observado o disposto no Título 13 do Anexo n. 2;
- f) indicação do produto oferecido, em conformidade com a descrição contida no Anexo n. 2, com a respectiva marca e o modelo;
 - f.1) a indicação de marca e modelo deve ser precisa, **vedada** a aposição de referências genéricas como "ou similar" e outras;
- g) preços unitário (em algarismos) e total do item único (em algarismos e por extenso), neles incluídos todos os custos e despesas, diretas e indiretas, para entrega do material na Câmara dos Deputados, em Brasília;
 - g.1) ocorrendo divergência entre o preço expresso em algarismos e o por extenso, prevalecerá este último;
- h) declaração, integrante da proposta, de que vistoriou os locais e as dependências onde serão executados os serviços e de que conhece plenamente a natureza, a área e as condições de execução destes, observado o disposto no Título 5 do Anexo n. 1, mediante a apresentação do Termo de Vistoria, conforme o modelo constante do Anexo n. 7;
- i) declaração da licitante, integrante da proposta, de que está autorizada pelo fabricante a prestar os serviços de manutenção preventiva e corretiva especificadas neste Edital.

8. DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

- 8.1. O Pregoeiro considerará preliminarmente aceita a proposta de menor preço se comprovado o exercício de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante consulta ao Cadastro de Fornecedores da Câmara.
- 8.2. Manifestada a aceitação de que trata o item anterior, a ofertante do menor preço deverá apresentar imediatamente o conteúdo integral de sua proposta no campo que lhe será disponibilizado para tal no sítio em que se realiza o Pregão, bem como os documentos condicionantes para classificação ou habilitação exigidos no Edital.
 - 8.2.1. O conteúdo da proposta deve corresponder à oferta final da licitante no valor correspondente ao lance final.
 - 8.2.2. O não atendimento das disposições deste item, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro implicará a desclassificação da proposta ofertada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

- 8.3. O conteúdo da proposta de menor preço será disponibilizado eletronicamente aos participantes.
- 8.4. No prazo de até setenta e duas horas, contadas do momento da divulgação de que trata o item anterior, a licitante vencedora deverá entregar na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação da Câmara dos Deputados, localizada no Edifício Anexo I da Câmara dos Deputados, 14º andar, sala 1406, CEP: 70160.900, os originais da proposta analítica e dos demais documentos ou suas cópias devidamente autenticadas, feitos os ajustes cabíveis em relação aos valores finais decorrentes da oferta de lances ou de negociação.
- 8.5. Caso não tenham sido atendidas as exigências para habilitação, o Pregoeiro declarará a licitante inabilitada e convocará a autora do menor preço subsequente, repetindo os procedimentos, até que se logre a habilitação de licitante que tenha atendido todas as exigências para essa finalidade.

9. DA ADJUDICAÇÃO

- 9.1. O Pregoeiro anunciará como vencedora a licitante habilitada, devidamente nominada, que tiver oferecido o **menor preço UNITÁRIO PARA O ITEM ÚNICO** licitado e houver sido classificada em razão do atendimento às disposições do Título 8 deste Edital.
- 9.2. Durante trinta minutos, contados do momento da divulgação de que trata o item anterior, as licitantes poderão manifestar-se pela intenção de interpor recurso contra a decisão do Pregoeiro, apresentando na forma disponibilizada no sistema eletrônico, de modo objetivo e conciso, os motivos da contestação.
- 9.3. A falta de manifestação imediata e motivada pela interposição de recurso importará a decadência do direito de recorrer.
- 9.4. Em caso de não ser aceita a manifestação de que trata o item 9.2 deste Edital, por falta de fundamentação, ou se não ocorrerem manifestações formais no sentido de interpor recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto do Pregão à licitante vencedora.
- 9.5. O ato de adjudicação do objeto do procedimento licitatório pelo Pregoeiro ficará sujeito à homologação do Diretor-Geral da Câmara dos Deputados.

10. DO RECURSO, DA IMPUGNAÇÃO CONTRA ATOS DO PREGOEIRO E DAS CONSULTAS

- 10.1. Às licitantes que tenham se manifestado no prazo concedido na forma do item 9.2 deste Edital, será concedido o prazo de três dias para apresentação, preferencialmente, por via eletrônica, das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
 - 10.1.1. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada às interessadas na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, localizada no Edifício Anexo I da Câmara dos Deputados, 14º andar, sala 1407.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

10.1.2. Na impossibilidade do envio eletrônico das razões do recurso, a recorrente poderá encaminhar o respectivo documento por meio do fax (61) 3216-4915 ou entregá-lo no endereço citado no subitem anterior.

10.2. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.3. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão pelo endereço eletrônico: cpl@camara.gov.br ou pelo fax (61) 3216-4915.

10.3.1. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição, no prazo de vinte e quatro horas, contadas de seu recebimento.

10.3.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, caso advenha eventual modificação do Edital que afete a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

10.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao Pregão deverão ser encaminhados ao Pregoeiro até três dias úteis anteriores à data fixada no subitem 2.1.3 deste Edital, por meio do endereço eletrônico: cpl@camara.gov.br ou pelo fax (61) 3216-4915.

10.4.1. A síntese das consultas e das respostas dadas, omitido o nome da consultante, será disponibilizada no campo “Esclarecimentos”, da página: <http://www2.camara.gov.br/transparencia/licitacoes/editais/pregaoeletronico.html>.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA EXECUTANTE DOS SERVIÇOS

11.1. A adjudicatária do presente Pregão assinará o respectivo contrato no prazo de cinco dias úteis a partir da sua notificação, devendo, preliminarmente, prestar garantia, nos termos do Título 12.

11.1.1. O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Câmara.

11.1.2. O Contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até o término do prazo de garantia constante da proposta da Contratada, que não pode ser inferior a doze meses, obedecido ao disposto no Título 13 do Anexo n. 2.

11.1.3. A contratada, para assinatura do contrato, indicará à Câmara dos Deputados o nome de seu preposto ou empregado com competência para manter entendimentos e receber comunicações ou transmiti-las ao órgão incumbido da fiscalização do contrato.

11.1.4. Quando da instalação dos equipamentos, a contratada fornecerá ao órgão fiscalizador a relação nominal da equipe responsável pelos serviços de manutenção, com as respectivas especializações dos empregados, bem como os telefones e o endereço eletrônico para a realização dos chamados durante o horário comercial e fora desse (plantão).



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

- 11.1.5. A contratada deverá registrar no CREA, sem nenhum ônus adicional para a Contratante, o fornecimento e a instalação dos equipamentos objeto deste Pregão, com indicação de responsabilidade técnica e fornecer cópia autenticada dessa documentação à Câmara dos Deputados, no prazo máximo de sessenta dias após a realização do treinamento operacional.
- 11.1.6. Qualquer alteração ocorrida na relação nominal dos empregados durante a vigência do contrato deverá ser formalmente informada ao órgão fiscalizador.
- 11.1.7. Para o pessoal em serviço será exigido o porte de cartão de identificação, a ser fornecido pela prestadora dos serviços ou, no interesse administrativo, pelo Departamento de Polícia Legislativa.
- 11.2. Os equipamentos deverão ser entregues no horário das 9h às 11h30 e das 14h às 17h30, no Edifício de Transmissores da Fundação Padre Anchieta, Avenida Dr. Arnaldo, n. 1761 - Bairro Sumaré, São Paulo (Capital), dentro do prazo estabelecido na proposta da contratada, que não pode ser superior a sessenta dias, contados a partir da data de assinatura do contrato.
- 11.2.1. É da responsabilidade da contratada o transporte vertical e horizontal dos equipamentos até os locais indicados neste item.
- 11.2.2. A data e o horário da instalação serão informados à contratada pelo órgão fiscalizador, em função das necessidades da Câmara dos Deputados, podendo ocorrer em período noturno e em finais de semana.
- 11.3. A contratada assumirá inteira responsabilidade por danos ou desvios eventualmente causados ao patrimônio da Câmara dos Deputados ou de terceiros por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, na área de prestação dos serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas no contrato.
- 11.4. A contratada comunicará, verbal e imediatamente, ao órgão fiscalizador, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços e, **em até um dia útil após o ocorrido**, reduzirá a escrito a comunicação verbal, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgados necessários ao esclarecimento dos fatos.
- 11.5. Os empregados da contratada, por esta alocados na execução dos serviços, embora sujeitos às normas disciplinares ou convencionais da Casa, não terão com ela qualquer vínculo empregatício.
- 11.5.1. Todas as obrigações tributárias, trabalhistas e sociais da contratada e de seus empregados serão de inteira responsabilidade desta.
- 11.6. A contratada ficará obrigada a reparar, corrigir, refazer ou substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados, por exigência do órgão fiscalizador, que lhe assinará prazo compatível com as providências ou reparos a realizar.



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

11.7. Caso o equipamento ofertado seja importado, a Câmara dos Deputados poderá solicitar à adjudicatária, por ocasião da entrega do equipamento, a apresentação da quarta via da guia de importação juntamente com a nota fiscal e outros comprovantes de importação do equipamento, em conformidade com a legislação vigente.

11.8. O objeto contratual será recebido definitivamente após a entrega, a instalação e o *start-up* dos equipamentos e a realização do treinamento operacional, se em perfeitas condições e conforme as especificações editalícias a que se vincula a proposta da Contratada.

12. DA GARANTIA

12.1. Para segurança do cumprimento de suas obrigações, a adjudicatária prestará garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, de acordo com o artigo 93 e seus parágrafos do REGULAMENTO, observando o disposto a seguir:

12.1.1. A garantia deverá cobrir todo o período de vigência contratual.

12.1.2. Quando se tratar de depósito caucionado, a garantia deverá observar o disposto no Decreto-lei 1.737, de 20 de dezembro de 1979 e orientação do SIAFI, que determinam devam ser as garantias prestadas em dinheiro, nas licitações públicas, depositadas na Caixa Econômica Federal – CEF.

12.1.3. Se a garantia não for prestada em dinheiro, o documento de garantia deverá conter cláusula de renúncia aos benefícios contidos no artigo 827 do Código Civil, devendo ainda estar reconhecidas em cartório as firmas dos garantes.

12.1.4. Se a garantia for prestada por Seguro Garantia, a apólice deverá conter cláusula expressa de cobertura de multas e sanções administrativas contratuais impostas ao Tomador, similar ao texto que segue: “Esta garantia dá cobertura ao pagamento das multas e sanções administrativas contratuais impostas ao Tomador”.

12.1.5. Se a garantia for prestada em títulos da dívida pública, sua aceitação será condicionada à atestação de sua validade e exigibilidade pelo órgão competente das fazendas federais, estaduais e municipais respectivas, conforme o caso.

12.1.6. No instrumento do seguro-garantia a Câmara dos Deputados deverá constar como beneficiária do seguro.

12.1.7. Não serão aceitas garantias concedidas de forma proporcional ao prazo de validade das mesmas.

12.1.8. O prazo para que a Câmara dos Deputados cientifique a instituição garantidora do fato justificador da execução da garantia deverá ser igual ou superior a 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência do contrato.



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

12.1.9. Não serão admitidas garantias contendo cláusula que fixe prazos prescricionais distintos daqueles previstos na lei civil, para a Câmara dos Deputados requerer perante a instituição garantidora.

12.1.10. A não apresentação da garantia ou sua apresentação em desacordo com o Edital, no prazo fixado, significará recusa à assinatura do contrato, ensejando aplicação das sanções previstas no item 13.2 deste Edital.

12.2. A garantia, ou os documentos que a representam, deverá ser depositada na Coordenação de Contabilidade da Câmara dos Deputados, localizada no Edifício Anexo I, 5.º andar, sala 505.

12.3. A garantia será prestada previamente à assinatura do contrato e só poderá ser levantada ao término desse.

12.4. No caso de rescisão do contrato por culpa da contratada, a garantia será executada para resarcimento à Câmara dos Deputados das multas e indenizações devidas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital e no REGULAMENTO.

12.5. A devolução de garantia prestada em dinheiro será feita mediante ordem da Câmara dos Deputados junto à Caixa Econômica Federal para transferência do respectivo valor para conta expressamente indicada pela Contratada.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. A licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação, não mantiver a proposta, faltar ou fraudar com suas obrigações estipuladas neste Edital e no Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedida de licitar e contratar com a Câmara dos Deputados pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo de multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

13.1.1. Pelo descumprimento de outras obrigações assumidas, considerada a gravidade da transgressão, serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666, de 1993, a saber:

- a) advertência, formalizada por escrito;
- b) multa, nos casos previstos neste Edital;
- c) suspensão temporária para licitar e impedimento para contratar com a Câmara dos Deputados;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos da lei.

13.2. Caso a adjudicatária não assine o Contrato no prazo indicado no item 11.1 deste Edital, sem justificativa ou com justificativa não aceita pela Câmara dos Deputados, caracterizar-se-á o descumprimento total da obrigação assumida.

13.2.1. Ocorrendo a hipótese referida neste item, a Câmara dos Deputados anulará a Nota de Empenho e aplicará à adjudicatária multa de 10% (dez por cento)



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

do valor total da adjudicação, instaurando processo para apuração de responsabilidade, do qual poderão resultar a suspensão do direito de participar de licitação e o impedimento de contratar com a Câmara dos Deputados pelo prazo de até cinco anos.

13.2.2. Se a adjudicatária for reincidente, além da multa de 10% (dez por cento) do valor da adjudicação, ser-lhe-á combinada a sanção administrativa de suspensão do direito de participar de licitação e contratar com a Câmara dos Deputados pelo prazo de cinco anos.

13.3. Caso a adjudicatária não assine o Contrato no prazo fixado no item 11.1 deste Edital, a Câmara dos Deputados reserva-se o direito de convocar outra licitante, observada a ordem de classificação, para fazê-lo em conformidade com a proposta desta, e assim sucessivamente, sem prejuízo das sanções cabíveis.

13.4. Ocorrendo atraso injustificado ou com justificativa não aceita pela Câmara dos Deputados na entrega e/ou instalação do equipamento, à contratada será imposta multa calculada sobre o valor do equipamento entregue e/ou instalado com atraso, de acordo com a seguinte tabela:

DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA
1	0,1%	15	2,0%	29	5,7%
2	0,2%	16	2,2%	30	6,0%
3	0,3%	17	2,4%	31	6,4%
4	0,4%	18	2,6%	32	6,8%
5	0,5%	19	2,8%	33	7,2%
6	0,6%	20	3,0%	34	7,6%
7	0,7%	21	3,3%	35	8,0%
8	0,8%	22	3,6%	36	8,4%
9	0,9%	23	3,9%	37	8,8%
10	1,0%	24	4,2%	38	9,2%
11	1,2%	25	4,5%	39	9,6%
12	1,4%	26	4,8%	40	10,0%
13	1,6%	27	5,1%		
14	1,8%	28	5,4%		

13.5. Não será aplicada multa de valor igual ou inferior a 10% da quantia definida na Portaria n. 49, de 1º de abril de 2004, do Ministério da Fazenda, ou em norma que vier a substituí-la, para inscrição de débito na Dívida Ativa da União.

13.5.1. Não se aplica o disposto neste item, quando verificada, num período de 60 (sessenta) dias, a ocorrência de multas que somadas ultrapassem o valor fixado para inscrição em Dívida Ativa da União.

13.6. Findo o prazo fixado, sem que a Contratada tenha entregado o material, além da multa prevista no item 13.5 deste Edital, poderá, a critério da Câmara, ser cancelada, parcial ou totalmente, a Nota de Empenho, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

- 13.7. A contratada será também considerada em atraso se entregar/installar o equipamento fora das especificações e não o substituir dentro do período remanescente do prazo de entrega fixado na proposta.
- 13.8. Pela recusa, a qualquer tempo, na entrega/installação do objeto, fica igualmente a Contratada sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do item não entregue, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.
- 13.9. Os valores relativos a multas aplicadas e a danos e prejuízos eventualmente causados serão descontados dos pagamentos devidos pela Câmara dos Deputados ou recolhidos pela Contratada à Coordenação de Movimentação Financeira, dentro de cinco dias úteis, a partir da sua notificação por carta, ou ainda, cobrados na forma da legislação em vigor.
- 13.10. A aplicação de multas, sanção administrativa, não reduz nem isenta a obrigação da Contratada de ressarcir integralmente eventuais danos causados à Administração.
- 13.11. O Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses aventadas pelo artigo 126 do REGULAMENTO.
- 13.12. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I do artigo 127 do REGULAMENTO, a Câmara dos Deputados adotará as medidas ordenadas pelo artigo 128 do citado ato normativo.
- 13.13. Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, ou execução insatisfatória dos serviços, omissão e outras faltas não justificadas ou se a Câmara dos Deputados julgar as justificativas improcedentes, poderão ser impostas à contratada multas por infração cometida, de acordo com a tabela constante do Anexo n. 5 deste Edital, limitadas, em qualquer caso, a 10% (dez por cento) do valor do contrato, observado o disposto no item 13.9 deste Edital.

14. DO PAGAMENTO

- 14.1. O pagamento do material entregue e dos serviços prestados à Câmara dos Deputados será feito por meio de depósito em conta corrente da Contratada, em agência bancária indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura discriminada.
 - 14.1.1. A instituição bancária, a agência e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.
- 14.2. Quando da **entrega** dos equipamentos, juntamente com os respectivos manuais de operação e manutenção, a contratada fará jus ao pagamento de **90%** (noventa por cento) do valor total dos equipamentos entregues, constante da proposta de preços da Contratada, após o aceite pelo órgão fiscalizador.
- 14.3. Após a **instalação**, o **start-up** dos **equipamentos** e a **realização** do **treinamento operacional**, será efetuado o pagamento dos **10%** (dez por cento) restantes do valor total dos equipamentos entregues, constante da proposta de preços da Contratada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

14.4. O pagamento será feito com prazo não superior a trinta dias, contados a partir do aceite do equipamento ou de instalação/start-up/realização do treinamento operacional e da comprovação da regularidade da documentação fiscal apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.

14.4.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela Contratante, entre a data referida neste item e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

14.5. Quando aplicável, o pagamento efetuado pela Câmara dos Deputados estará sujeito às retenções de que tratam o art. 31 da Lei 8.212, de 1991, com redação dada pelas Leis 9.711, de 1998 e 11.933, de 2009, além das previstas no art. 64 da Lei 9.430, de 1996 e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

14.6. Estando a Contratada isenta das retenções referidas no item anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

15. DA DOTAÇÃO

15.1. A despesa relativa ao objeto deste Pregão correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

Programa de Trabalho: 01.031.0553.4061.0001 – Processo Legislativo

- Natureza da Despesa:

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas

4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente

16.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Constituem Anexos do Edital, dele fazendo parte integrante:

- a). Anexo n. 1 – Demais Disposições Gerais;
- b). Anexo n. 2 – Especificações Técnicas;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

- c). Anexo n. 3 – Modelo Completo da Proposta;
- d). Anexo n. 4 – Cópia do Formulário Eletrônico de Entrada dos Dados da Proposta;
- e). Anexo n. 5 – Tabela de Multas;
- f). Anexo n. 6 – Orçamento Estimado;
- g). Anexo n. 7 – Modelo de Termo de Vistoria;
- h). Anexo n. 8 – Minuta do Contrato.

16.2. O presente Pregão poderá ser transferido, a critério da Câmara dos Deputados, revogado, por interesse público, ou anulado, em caso de ilegalidade, sem que, por quaisquer desses motivos, possam as interessadas reclamar direitos, observado o disposto nos parágrafos do artigo 91 do REGULAMENTO.

16.3. A Câmara dos Deputados, assegurado o direito de defesa, por despacho fundamentado de seu Diretor-Geral, poderá desclassificar licitante, sem que a esta caiba o direito de reclamar qualquer indenização e sem prejuízo de outras sanções, se lhe chegar ao conhecimento qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone ou infirme a idoneidade, a capacidade jurídica, financeira ou técnica da participante.

16.4. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

16.5. Os prazos referidos neste Edital e em seus Anexos somente começam a fluir a partir da intimação formal realizada pela Câmara dos Deputados ou do termo inicial preestabelecido.

16.5.1. Consideram-se feitas as intimações, convocações ou comunicações dos participantes na própria sessão pública do Pregão Eletrônico ou pela publicação dos atos no Diário Oficial da União ou, quando previstas, por carta.

16.5.1.1. Só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente normal da Câmara dos Deputados.

16.5.1.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

16.6. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

16.7. Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, para decidir demandas judiciais decorrentes deste procedimento licitatório.

16.8. Durante a execução contratual, sendo a Contratada objeto de fusão, incorporação ou cisão, a Câmara dos Deputados examinará a conveniência de manter em vigência o Contrato celebrado.

16.8.1. A manutenção da vigência contratual dependerá, em qualquer caso, do atendimento pela nova sociedade empresária das condições de habilitação consignadas neste Edital e de não serem alteradas as condições de



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo n. 126.676/2009

execução do Contrato.

16.9. Cópia deste Edital e de seus Anexos poderá ser obtida no sítio eletrônico www.camara.gov.br, na rede mundial de computadores Internet ou mediante a apresentação da Guia de Recolhimento da União – GRU (Simples), instituída pela Instrução Normativa STN n. 3/2004, na importância de R\$ 5,00 (cinco reais) em favor do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados, a ser entregue na Secretaria da COMISSÃO, localizada no 14º andar do Edifício Anexo I, sala 1406, nos dias úteis, das 9 às 12 horas e das 14 às 18 horas, local onde também serão prestados esclarecimentos sobre a licitação, pessoalmente ou pelos telefones:

- a) **(0xx61) 3216-4920 ou 4921**: em caso de informações adicionais sobre o cadastro de fornecedor mencionado no item 3.1 deste Edital;
- b) **(0xx61) 3216-4905 ou 4907**: nos demais casos de pedidos de esclarecimentos.

16.9.1. O recolhimento efetuado pela GRU deverá ser feito nos terminais de auto atendimento do Banco do Brasil e na página da Internet, ambos por meio da opção "pagamentos c/ código de barras – Água/Luz/Telefone/Gás", ou diretamente nos caixas daquela instituição financeira.

16.9.2. A mencionada guia deverá ser impressa pelos depositantes/recolhedores mediante acesso à Internet na página do Tesouro Nacional, no endereço www.stn.fazenda.gov.br, clicando inicialmente no *banner* "PORTAL SIAFI" (figura localizada na coluna à direita da página), em seguida, no menu principal "Guia de Recolhimento da União" (localizado à esquerda da página) e, finalmente, no *link* "Impressão GRU-Simples" (localizado logo abaixo da opção anterior). Após o preenchimento da tela clicar em "Emitir GRU Simples".

16.9.3. Quando do preenchimento da GRU - Simples, informar nos campos:

- a) Unidade Favorecida (Código): 010090, Gestão: 00001;
- b) Recolhimento (Código): 28830-6;
- c) Número de Referência: 422.

16.9.4. Cópia referente aos projetos poderá ser obtida conforme procedimento constante do Título 7 do Anexo n. 1 do Edital.

Brasília, 27 de agosto de 2010.

Sílvio Ricardo Fogaça Hofstatter
Pregoeiro



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

ANEXO N. 1

PREGÃO ELETRÔNICO N. 171/10

DEMAIS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

ITEM ÚNICO: Aquisição de Sistema de Alimentação Ininterrupta (SAI), incluindo instalação, configuração, treinamento e garantia de funcionamento pelo período de doze meses.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES

As especificações são as descritas no Anexo n. 2 – Especificações Técnicas.

3. DA COMPROVAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

3.1. A licitante, caso solicitado pelo Pregoeiro, deverá juntar à sua proposta catálogos ou informações do fabricante que comprovem a perfeita adequação do equipamento ofertado às exigências editalícias.

3.1.1. A indicação do endereço eletrônico do catálogo do fabricante poderá ser aceita, a critério do Pregoeiro, como alternativa, para fins de averiguação das especificações do produto.

4. DAS MARCAS DE REFERÊNCIA

4.1. Para fins de especificação adequada do objeto, foram indicadas marcas *meramente referenciais*.

4.1.1. A consignação de marca de referência tem caráter meramente indicativo, podendo ser aceitas quaisquer outras que atendam integralmente as especificações.

5. DA VISTORIA TÉCNICA

5.1. Durante o prazo de elaboração de propostas, as licitantes **deverão** realizar vistoria técnica para fins de conhecimento pleno da natureza dos serviços a serem contratados e as suas condições de execução, de forma que as licitantes possam elaborar suas propostas e fazer a declaração de que trata a alínea “h” do item 7.2 do Edital.

5.2. As vistorias técnicas serão agendadas junto ao Serviço de Instalações do Departamento Técnico, por meio dos telefones (61) 3216-4122, 4121, 4124, 4100 ou 4119.

5.3. A licitante deverá anexar à proposta o Termo de Vistoria, que será feito conforme modelo constante do Anexo n. 7 deste Edital.

5.3.1. No Termo de Vistoria deverá constar, obrigatoriamente, a assinatura e o ponto do(s) servidor(es) do Departamento Técnico da Câmara dos Deputados que acompanhou(aram) a realização da vistoria.



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

6. DOS MANUAIS

6.1. Todos os equipamentos deverão ser entregues juntamente com os respectivos manuais de operação e manutenção, em português, preferencialmente, ou em inglês.

7. DAS PLANTAS E PROJETOS

7.1. Constitui parte integrante deste Edital, o arquivo “*Plantas e Projetos*”, cuja cópia encontra-se disponível em formato *pdf* no sítio eletrônico indicado abaixo:
<http://intranet2.camara.gov.br/internet/transparencia/editais/pregaoeletronico.html>.

7.2. Para retirada da referida cópia na Câmara dos Deputados, em meio **eletrônico** (CD ou DVD) deverá ser fornecida, pelo interessado, a mídia para gravação.

8. DOS MÓDULOS

Todos os módulos dos SAI deverão ser idênticos, sob pena de desclassificação da proposta.

9. DO ÓRGÃO FISCALIZADOR

Considera-se órgão fiscalizador o Departamento Técnico da Câmara dos Deputados, situado no 18º andar do edifício Anexo I da Câmara dos Deputados, que designará servidor responsável pelos atos de fiscalização do Contrato.

Brasília, 27 de agosto de 2010.

Sílvio Ricardo Fogaça Hofstatter
Pregoeiro



ANEXO N. 2

PREGÃO ELETRÔNICO N. 171/10

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM ÚNICO - SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO ININTERRUPTA (SAI) TRIFÁSICO MODULAR – 150 KW

MARCAS/MODELOS DE REFERÊNCIA: LEISTUNG/UPS Leistung Modular; APC/UPS Modular Redundante Symmetra PX.

MODELO DE SAI: conjunto Sistema de Alimentação Ininterrupta (SAI) trifásico, modular de tecnologia *true on-line* de dupla conversão, VFI, potência de 150 KW, com baterias tipo: estacionárias, chumbo-ácidas, seladas, reguladas por válvula (VRLA), livres de manutenção, não requerendo água durante toda a vida útil e autotransformador 240 KVA, parte integrante do sistema SAI-150 KW, com entrada 380V/220V e saída 220V/110V, ligado à saída do *nobreak*, perfeitamente alinhado com este e totalmente compatível elétrica e eletronicamente a este. A instalação de tal equipamento faz-se necessária devido a natureza da carga (TX TV DIGITAL) que tem a sua entrada em 220V/110V.

DESCRÍÇÃO GERAL DO SISTEMA SAI: o SAI será fornecido e instalado e possuir quantidade suficiente de módulos idênticos para suprir carga nominal de 150 kW. Essa quantidade deverá ser acrescida de, pelo menos, 2 (dois) módulos de redundância idênticos aos demais, todos instalados em um ou em dois gabinetes; além da quantidade mínima necessária de módulos, cada gabinete deverá possuir, no mínimo, espaço livre para a instalação de mais 1 (um) módulo idêntico aos demais para futura expansão; cada módulo deverá ter capacidade mínima para suprir carga de 10 kW; todos os módulos deverão operar simultaneamente na configuração paralelo redundante distribuído, dividindo igualmente a potência total transferida à carga crítica. As baterias desse sistema deverão fornecer autonomia mínima de 10 minutos com carga de 150 kW e, se possível, deverão ser instaladas no(s) gabinete(s) dos módulos; caso isso não seja possível, elas deverão ser instaladas em um ou dois gabinetes específicos, um para cada gabinete de módulos, de mesmo padrão de acabamento desse(s) gabinete(s), cada um com, pelo menos, três conjuntos idênticos de baterias em paralelo. Devido a característica da carga a ser alimentada, (TX TV Digital), a contratada deverá prever a instalação de um autotransformador, trifásico 380/220-220/110 volts, potência 240 KVA perfeitamente compatível elétrica e eletronicamente com o *nobreak* oferecido e deverá ser conectado na saída do sistema SAI especificado.

CONFIABILIDADE PRINCIPAL: o tempo médio entre falhas (MTBF) que podem resultar em uma transferência sem sucesso para o *bypass* interno e consequente queda na carga crítica deve ser igual ou superior a 100.000 (cem mil) horas. Na existência de um módulo reserva, a substituição de módulo existente deverá ser feita no tempo máximo de 15 minutos, ou seja, o tempo médio de reparo (MTTR) não deve exceder a 15 minutos.

ESPECIFICAÇÕES NORMATIVAS: o SAI, nas suas condições de fabricação, operação, manutenção, configuração, funcionamento, alimentação e instalação, deverá obedecer, rigorosamente, no que for aplicável, às normas e recomendações em vigor elaboradas pelos órgãos oficiais competentes ou entidades autônomas reconhecidas na área, como a



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

ABNT e a ANEEL, e aquelas entidades geradoras de padrões, reconhecidas internacionalmente, tais como NEC, NEMA, IEC, UL, ANSI, VDE, DIN e ASTM.

TESTE DE INSTALAÇÃO: a instalação do SAI deverá ser executada por técnicos qualificados, que deverão realizar todos os testes exigidos e necessários ao perfeito funcionamento do SAI, incluindo um teste completo do SAI e de seus acessórios. Será exigida a realização de, pelo menos, três ensaios com o SAI já instalado no local da instalação determinado pela Câmara dos Deputados, descrito no Título 2 deste anexo; um teste completo do SAI e os seus acessórios; o ensaio de funcionamento com carga trifásica nominal durante duas horas, com verificação da autonomia das baterias, carregamento simultâneo de baterias e alternância de módulos; e o ensaio de funcionamento com sobrecarga de 25% durante 10 minutos, com verificação da autonomia das baterias e alternância de módulos.

TREINAMENTO: o treinamento operacional deverá ser ministrado para, no mínimo, cinco e, no máximo, dez engenheiros e (ou) técnicos da Câmara dos Deputados, da TV Cultura e Membros Técnicos designados pela Assembléia Legislativa de São Paulo, no local determinado para instalação do Sistema.

GARANTIA DO EQUIPAMENTO: todos os equipamentos, componentes, peças e materiais do sistema SAI *nobreak* 150 W, incluindo baterias, deverão possuir garantia integral pelo período mínimo de 12 (doze) meses a partir do *start-up* e deverá estar incluso no preço global oferecido por ocasião da licitação. A contratada deverá possuir assistência técnica na cidade de São Paulo – Capital, com técnico devidamente qualificado residente nesta cidade, sendo exigida a comprovação de residência.

Unidade: UNIDADE

Quantidade: 1

2. DESTINAÇÃO DO SISTEMA SAI E DO LOCAL DA INSTALAÇÃO

- 2.1. O Sistema SAI – *NoBreak*, 150 KW, modular, especificado, destina-se a alimentação do Transmissor de TV Digital da Câmara dos Deputados, carga elétrica inicial de 150KW em 220/110 volts, trifásico– 60Hz.
- 2.2. O Sistema SAI deverá ser instalado no Edifício de Transmissores da Fundação Padre Anchieta, Avenida Dr. Arnaldo, n. 1761 - Bairro Sumaré – São Paulo – Capital, de acordo com as especificações técnicas, exigências e condições expressas neste Anexo.
- 2.3. A contratada deverá fornecer todos os acessórios para instalação do Sistema – SAI no interior da Sala NB, a partir do QFNB, ficando ao encargo da Fundação Padre Anchieta - Assembléia Legislativa de São Paulo – a instalação dos demais equipamentos, inclusive o QFNB e aparelhos de AC.

2.3.1. Quadro QFNB – Ponto de Força de Entrada a partir do QGBT da edificação.

Descrição Geral: Quadro de distribuição de energia elétrica para instalação aparente.

Dimensões Aproximadas: 1.200 mm (altura) x 800 mm (largura) x 350 mm (profundidade).



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

CARACTERÍSTICAS: tipo de instalação de sobrepor, construído em chapa de aço 14 MSG; deverá ser composto por chassi básico, que conterá o disjuntor geral de entrada, os barramentos (fase, neutro e proteção), os disjuntores parciais, os transformadores de corrente (TCs), os dispositivos de proteção contra surtos (DPSs), os conectores, o espelho e a porta; deverá possuir flange inferior removível com vedação em PVC; a porta deverá girar com suporte em dobradiças cromadas localizadas à direita do quadro, deverá possuir vedação de poliuretano espumado e fechos rápidos do tipo fenda e deverá ser adequadamente aterrada à carcaça do quadro; grau de proteção mínimo IP 41; na parte frontal da porta, deverão haver orifícios adequados ao acionamento do disjuntor geral e dos disjuntores parciais sem a abertura da porta; na parte frontal, deverá haver um voltímetro com fundo de escala de até 400 V com chave seletora para a medição das tensões de fase da alimentação do quadro (RN, TN e SN) e um amperímetro com fundo de escala de até 500 A com chave seletora para a medição das correntes nas fases da alimentação do quadro (R, S e T).

PINTURA: a pintura de fundo deverá ser realizada com tinta de base antioxidante ou equivalente; a pintura de acabamento será realizada com tinta eletrostática epóxi a pó na cor RAL 7032.

IDENTIFICAÇÃO DO QUADRO: na parte interna e inferior da porta, deverá ser prevista uma placa em alumínio com marcação indelével contendo as seguintes informações: i) nome do fabricante ou marca; ii) tipo, modelo ou n. de fabricação; iii) ano de fabricação; iv) frequência e tensão nominais; v) n. de fases; vi) grau de proteção.

IDENTIFICAÇÃO DOS DISJUNTORES: os disjuntores deverão ser identificados com plaquetas de acrílico de fundo preto com caracteres brancos com a codificação dos respectivos circuitos; a fixação das plaquetas será feita com cola resistente à temperatura e à umidade.

BARRAMENTOS: capacidade nominal superior a 500 A; tensão nominal 380 V/220 V (FF/FN); os barramentos de fase deverão ser fixados sobre isoladores em epóxi; o barramento de neutro deverá ser fixado sobre isoladores em epóxi e possuir número de saídas igual ou superior ao número de disjuntores que podem ser instalados e uma entrada com capacidade de conexão do neutro geral de entrada do quadro; o barramento de proteção 2 deverá ser fixado diretamente no quadro, sem isoladores, e possuir número de saídas igual ou superior ao número de disjuntores que podem ser instalados e uma entrada com capacidade de conexão do condutor de proteção geral de entrada do quadro; os barramentos do quadro deverão ser constituídos por peças rígidas de cobre eletrolítico nu com 99,9% de pureza, cujas barras serão identificadas por meio de pintura em cores, conforme a NBR 5410, adotando-se a seguinte codificação: i) fase R: vermelho; ii) fase S: branco; iii) fase T: preto; iv) neutro: azul-claro; v) proteção: verde.

DISJUNTOR GERAL: tripolar, em caixa moldada, com as seguintes características: corrente nominal de 250 A, corrente máxima de interrupção de 36 kA (IEC 60947-2 Icu) em 380 / 415 V, acompanhado de 2 (dois) blocos de contatos auxiliares 1NA+1NF (marca/modelo de referência: marca ABB, modelo do disjuntor T4N 250 PR221DS-LS/I250A).



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

DISJUNTORES PARCIAIS: 3 (TRÊS) disjuntores tripolares, de caixa moldada, conforme descrito a seguir: disjuntores tripolares com corrente nominal 250 A, corrente máxima de interrupção de 36 kA (IEC 60947-2 Icu) em 380 / 415 V, cada um acompanhado de um bloco de contatos auxiliares 1NA+1NF (marca/modelo de referência: ABB, modelo do disjuntor T3N 250 TMD250-2500).

DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS: 4 (quatro) DPSs na entrada de energia do quadro, cada um com as seguintes características: tensão nominal de 220 V, para conexão fase-neutro e neutro-terra; corrente de descarga nominal (8/20 microssegundos) 15 aplicações: 20 kA; corrente máxima de descarga (8/20 microssegundos) 2 aplicações: 45 kA; tensão residual para corrente de descarga nominal: 1,35 kV; montagem em trilho DIN; proteção interna contra sobrecorrente feita por fusível; deverão ser disponibilizados contatos auxiliares 1NF+1NA para indicação de defeito de cada supressor de surto (marca/modelo de referência: marca Clamper, modelo VCL 275 V 45 kA/SR Slim).

AMPERÍMETRO: um amperímetro, com fundo de escala de até 500 A, com uma chave seletora de 5 A, para a indicação das correntes nas três fases na entrada de energia do quadro.

TRANSFORMADORES DE CORRENTE: 3 (três) transformadores de corrente, relação de transformação 500 A/5 A, para a alimentação do amperímetro.

VOLTÍMETRO: 1 (um) voltímetro, com fundo de escala de até 300 V, com chave seletora para a indicação das três tensões de fase, RN, SN e TN, na entrada de energia do quadro; esse circuito de medição deverá ser protegido por fusíveis adequados.

CONECTORES: tipo SAK, disponibilizando todos os contatos auxiliares dos disjuntores e dos DPSs, além de outros 10 (dez) conectores de reserva.

OBSERVAÇÕES: deverá ser fornecido diagrama elétrico de ligação, indicando, por meio de numeração, todos os contatos auxiliares solicitados.

FORMA DE APRESENTAÇÃO: o quadro elétrico deverá ser entregue totalmente montado, com todos os componentes internos devidamente instalados; a conexão dos cabos de alimentação ao quadro e a conexão dos cabos de saída dos circuitos alimentados pelo 3º quadro estão incluídas no fornecimento, devendo ser realizadas juntamente com a instalação do quadro; a montagem do quadro deverá seguir o estipulado do desenho anexo.

ACONDICIONAMENTO: embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material.

3. DESCRIÇÃO DO SISTEMA SAI – 150 KW

- 3.1. Deverá possuir quantidade suficiente de módulos idênticos para suprir carga nominal de 150 kW. Essa quantidade deverá ser acrescida de, pelo menos, DOIS módulos de redundância idênticos aos demais, todos instalados em um ou em dois gabinetes. Além da quantidade mínima necessária de módulos, cada



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

gabinete deverá possuir, no mínimo, espaço livre para a instalação de mais UM módulo idêntico aos demais para futura expansão. Cada módulo deverá ter capacidade mínima para suprir carga de 10 kW. Todos os módulos deverão operar simultaneamente na configuração paralelo redundante distribuído, dividindo igualmente a potência total transferida à carga crítica. As baterias desse sistema deverão fornecer autonomia mínima de 10 minutos com carga de 150 kW e, se possível, deverão ser instaladas no(s) gabinete(s) dos módulos; caso isso não seja possível, elas deverão ser instaladas em um ou dois gabinetes específicos, um para cada gabinete de módulos, de mesmo padrão de acabamento desse(s) gabinete(s), cada um com, pelo menos, três conjuntos idênticos de baterias em paralelo. Devido a característica da carga a ser alimentada, (TX TV Digital), a contratada deverá prever a instalação de um autotransformador, trifásico 380/220-220/110 volts, potência 240 KVA perfeitamente compatível elétrica e eletronicamente com o *NoBreak* oferecido e deverá ser conectado na saída do Sistema – SAI especificado.

- 3.2. O sistema deverá ser provido de todas as interfaces necessárias e todos os sistemas auxiliares que permitam a expansão pelo acréscimo de módulos nos gabinetes, aumentando, assim, a capacidade total e a redundância.
- 3.3. Quando o SAI estiver operando de maneira redundante, ou seja, com carga inferior à potência nominal, e, neste caso, ocorrer falha em um dos módulos, o módulo defeituoso deverá ser isolado automaticamente, e os módulos remanescentes deverão continuar alimentando a carga sem interrupções. A substituição e a energização de um módulo do sistema deverão ser feitas sem a necessidade de se desligarem os outros módulos (*hot-swap*), garantindo, assim, a continuidade da alimentação elétrica da carga crítica: não serão aceitos equipamentos para os quais a conexão elétrica de módulo solicite utilização de ferramenta. Durante a substituição de módulo, a carga deverá estar permanentemente alimentada pelos inversores dos módulos em paralelo, sem necessidade de transferência para a rede da concessionária.
- 3.4. Quando o sistema estiver operando de maneira não-redundante, ele deverá ser capaz de suportar plenamente a potência total (nominal + redundância). Se, neste caso, ocorrer uma falha em um dos módulos, a alimentação da carga deverá ser transferida automaticamente para a linha de by-pass sem interrupção do fornecimento de energia para a carga. Se um conjunto de baterias apresentar uma falha, ele deverá ser isolado automaticamente dos restantes sem interromper a alimentação às cargas críticas.
- 3.5. O SAI deverá possuir uma chave manual para cada módulo, com a qual se poderá facilmente isolá-lo do restante do sistema, sendo, então, possível, manobrá-lo ou desligá-lo sem influenciar o resto do sistema. O restante do sistema continuará a alimentar a carga, e o módulo isolado poderá ser substituído sem a necessidade de se transferir a carga para a rede por meio da linha de by-pass.
- 3.6. O paralelismo redundante entre os módulos deverá ser garantido por lógica de controle interna ao(s) gabinete(s) dos módulos.
- 3.7. Todos os equipamentos e componentes do SAI deverão ser instalados no local de acordo com as condições descritas no Título 2 deste anexo, atentando para a visitação prévia necessária.
- 3.8. MODOS DE OPERAÇÃO DO SISTEMA SAI- NOBREAK – 150 KW



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

O Sistema SAI a ser fornecido, deverá possuir tecnologia *true on-line* de dupla conversão (VFI) com todos os módulos operando na configuração paralelo redundante distribuído, nos seguintes modos:

- 3.8.1. OPERAÇÃO NORMAL: A carga crítica fica continuamente alimentada pelos inversores do SAI, que operam em paralelo e em perfeito sincronismo. Cada retificador transforma a energia CA da rede em CC para alimentar o respectivo inversor e carregar adequada e simultaneamente as respectivas baterias.
- 3.8.2. BATERIA: Quando a energia CA da rede falta, a carga crítica continua sendo alimentada pelos inversores que, sem nenhum chaveamento, obtêm energia das respectivas baterias. Não haverá interrupção de energia para a carga crítica quando houver falta ou retorno da energia CA da rede. Não será permitido a utilização de baterias automotivas.
- 3.8.3. RECARGA: Uma vez restaurada a energia CA da rede na entrada de cada retificador, o retificador deverá religar automaticamente e, novamente, deverá fornecer a energia para a entrada CC do inversor, e o carregador deverá recarregar o banco de baterias. Cada retificador alimenta o seu respectivo inversor e, simultaneamente, carrega as respectivas baterias. Isto é uma função automática e não causa nenhuma interrupção no fornecimento de energia para a carga crítica.
- 3.8.4. RELIGAMENTO AUTOMÁTICO: Após o restabelecimento da energia da rede de alimentação, mesmo após a completa descarga do banco de baterias, o SAI deverá religar automaticamente todo o sistema para fornecimento da energia para a carga crítica. O carregador de baterias deverá recarregá-las.
- 3.8.5. BY-PASS: Cada módulo, ou cada gabinete, deverá conter um circuito de *by-pass* alternativo à operação normal (retificador – bateria – inversor) e deverá ser capaz de operar nos seguintes modos:
 - a) automático: No caso de sobrecarga nos inversores ou de falha interna, o SAI deverá transferir automaticamente a alimentação da carga para a(s) chave(s) estática(s). O retorno para o modo NORMAL será automático, exceto nos casos de falha interna ou de a sobrecarga exceder os limites especificados;
 - b) manual: O comando imediato para transferir a alimentação do inversor para o ramo de *by-pass*, ou do ramo de *by-pass* para o inversor, deverá ser feito manualmente, operação esta a ser utilizada no caso de realização de procedimento de manutenção corretiva e(ou) preventiva. A manobra desta chave levará a alimentação das cargas para o ramo de *by-pass*, passando pela chave estática, sem interrupção.

4. CONFIABILIDADE

- 4.1. O tempo médio entre falhas (MTBF) que podem resultar em uma transferência sem sucesso para o *by-pass* interno e consequente queda na carga crítica deve ser igual ou superior a 100.000 horas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

- 4.2. Todos os materiais e componentes que compõem o SAI deverão ser novos e compostos de componentes possíveis de serem substituídos.
- 4.3. O SAI deve utilizar fiação e conectores de alta confiabilidade. Cabos, materiais e codificação deverão estar em conformidade com as exigências de normas e padrões aplicáveis.
- 4.4. Todas as conexões que envolvam cabos deverão ser adequadamente prensadas, sem necessidade de manutenção nem de reaperto.
- 4.5. Na existência de módulo-reserva, a substituição de módulo existente deverá ser feita no tempo máximo de 15 minutos, ou seja, o tempo médio de reparo (MTTR) não deve exceder 15 minutos.

5. ESPECIFICAÇÕES NORMATIVAS

O SAI, nas suas condições de fabricação, operação, manutenção, configuração, funcionamento, alimentação e instalação, deverá obedecer, rigorosamente, no que for aplicável, às normas e recomendações em vigor elaboradas pelos órgãos oficiais competentes ou entidades autônomas reconhecidas na área, como a ABNT e a ANEEL, e aquelas entidades geradoras de padrões, reconhecidas internacionalmente, tais como NEC, NEMA, IEC, UL, ANSI, VDE, DIN e ASTM.

6. ESPECIFICAÇÕES AMBIENTAIS

Todas as características do equipamento deverão ser garantidas em qualquer das condições seguintes sem nenhuma alteração operacional:

- 6.1. Temperatura ambiente de operação: 0 a 40 °C, garantindo a potência nominal aparente.
- 6.2. Umidade relativa de operação: de 5% a 95%, sem condensação.
- 6.3. Altitude: no mínimo de 1.000 m, à temperatura ambiente de 40 °C, sem redução de carga.
- 6.4. Grau mínimo de proteção: IP 20 ou NEMA 1.

7. ESPECIFICAÇÕES DOS COMPONENTES DO SISTEMA SAI – 150 KW

7.1. GERAL

- 7.1.1. O SAI deverá possuir tecnologia *true on-line* de dupla conversão, VFI, conforme classificação 1 da norma EN 50091-3, com todos os módulos operando na configuração paralelo redundante distribuído.
- 7.1.2. O rendimento total do SAI, operando no modo NORMAL, incluindo as conversões CA-CC e CC-CA não poderá ser inferior a 92%, com fator de potência unitário e carga entre 50% e 100% da carga nominal.
- 7.1.3. Todos os materiais e componentes utilizados no SAI deverão ser novos e fabricados com componentes possíveis de serem substituídos.
- 7.1.4. Cabos, materiais e codificação deverão estar em conformidade com as normas e os padrões aplicáveis.



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

- 7.1.5. O SAI deverá ter dimensões compatíveis com o local em que será instalado, para tanto deverão ser observadas as dimensões da Sala NB, conforme as plantas disponíveis (Título 7 do Anexo n. 1).
- 7.1.6. O SAI deverá possuir sistema para a adequada ventilação forçada.
- 7.1.7. Adicionalmente à função de *by-pass* interno, o SAI deverá ter a função de *by-pass* manual. A função de *by-pass* manual deverá ser fornecida por meio de chave montada no gabinete do SAI.
- 7.1.8. Em caso de manobra errada do *by-pass* manual, o equipamento deverá transferir automaticamente a carga dos inversores para o *by-pass* sem danos ao SAI.
- 7.1.9. O SAI deve emitir alarme sonoro uma vez transferido para o *by-pass* manual. O alarme sonoro deve ser passível de ser silenciado pelo usuário.

7.2. ENTRADA DO NOBREAK – 380V/220V

- 7.2.1. Retificador trifásico totalmente controlado constituído por semicondutores de alta qualidade controlados por microprocessador e com proteção adequada contra sobrecorrentes.
- 7.2.2. Potência nominal suficiente para, simultaneamente, carregar corretamente as baterias e para alimentar o inversor, conforme o especificado neste documento.
- 7.2.3. Tensão nominal de entrada: 380 V/220 V, trifásico com neutro e condutor de proteção (3F + N + PE), sem o uso de transformador de potência.
- 7.2.4. Corrente nominal de entrada: valor suficiente para absorver da rede de alimentação a potência nominal com tensão nominal.
- 7.2.5. Tolerância de variação de tensão: -10% a +15% da tensão nominal a plena carga, garantindo a tensão de recarga das baterias.
- 7.2.6. Frequência de entrada: 40 Hz a 70 Hz
- 7.2.7. Tensão de saída 380V/220V do NoBreak: adequada ao correto funcionamento das baterias e do inversor.
- 7.2.8. O retificador deverá possuir proteção contra subtensão, sobrecorrente e sobretensão na entrada e na entrada da chave estática.
- 7.2.9. O retificador deverá operar com fator de potência de entrada mínimo de 0,95 a plena carga.
- 7.2.10. Máxima distorção harmônica total de corrente de entrada (THDi): 5% a plena carga.

7.3. BANCO DE BATERIAS

- 7.3.1. Tipo: estacionárias, chumbo-ácidas, seladas, reguladas por válvula (VRLA), livres de manutenção, não requerendo água durante toda a vida útil.
- 7.3.2. Tensão nominal: compatível com a operação do retificador e do inversor.
- 7.3.3. Vida útil mínima de 2 anos a 25°C. Com apresentação de certificado na ocasião da entrega da instalação pronta



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

- 7.3.4. Tempo mínimo de autonomia (com temperatura ambiente entre 20°C e 25°C): 10 minutos com carga nominal.
- 7.3.5. Cada gabinete deverá possuir seu próprio banco de baterias independente.
- 7.3.6. Cada banco de baterias deverá possuir pelo menos dois conjuntos idênticos de baterias em paralelo.
- 7.3.7. No caso de baterias externas ao gabinete dos módulos, elas deverão estar alojadas em gabinete no mesmo padrão físico e estético dos gabinetes que contém os módulos.
- 7.3.8. Não serão aceitas baterias automotivas.
- 7.3.9. Deverá ser apresentado memorial de cálculo das baterias, juntamente com sua curva de descarga e características técnicas.
- 7.3.10. Durante a operação normal do SAI, ou seja, com o retificador e inversor em funcionamento simultâneo, deverá ser possível conectar e desconectar estas baterias externas de modo seguro sem interrupção da energia para as cargas.

7.4. SAÍDA DO NOBREAK – 380V/220V

- 7.4.1. Inversor trifásico de tecnologia PWM, com IGBTs e frequência de operação maior ou igual a 4.000 Hz, assegurando compatibilidade com qualquer tipo de carga.
- 7.4.2. Potência ativa nominal a 40 °C: conforme indicação para cada SAI.
- 7.4.3. Potência aparente nominal a 40°C: suficiente para suprir a potência ativa nominal com fator de potência na faixa de 0,8 a 1,0.
- 7.4.4. Tensão nominal de saída: 380 V/220 V, trifásico com neutro e condutor de proteção (3F + N + PE), sem o uso de transformador de potência.
- 7.4.5. Forma de onda da tensão de saída: senoidal.
- 7.4.6. Frequência nominal da tensão de saída: 60 Hz.
- 7.4.7. Regulação da frequência de saída – com estabilização pela rede: $\pm 5\%$; com oscilador interno: $\pm 0,1\%$.
- 7.4.8. Máxima distorção harmônica de tensão (THDv) com 100% de carga: 2% para carga linear e 6% para carga não-linear.
- 7.4.9. Máxima regulação estática da tensão de saída: 1% da tensão nominal.
- 7.4.10. Máxima regulação dinâmica da tensão de saída com variação instantânea da carga de 0 a 100% ou de 100% a 0: 5%.
- 7.4.11. O barramento do neutro deverá estar dimensionado para suportar operação com cargas desequilibradas e(ou) não-lineares.
- 7.4.12. Sobrecarga admissível: (a) 125% da potência aparente nominal durante 10 minutos; (b) 150% da potência aparente nominal durante 1 minuto; (c) acima de 150%, o módulo deixa de alimentar a carga.
- 7.4.13. Sinalização e alarme audíveis deverão indicar quando o inversor estiver em regime de operação em sobrecarga. Para maiores correntes ou maior duração do tempo em sobrecarga, o inversor deverá possuir uma proteção



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

eletrônica para evitar danos a seus componentes. O inversor deve se proteger contra qualquer magnitude de sobrecarga. A lógica de controle do inversor deverá desligá-lo sem queima de fusíveis, transferindo a carga crítica para o circuito de by-pass quando alguma dessas condições forem excedidas.

7.4.14. O inversor deverá ter proteção eletrônica para limitação da corrente de saída.

7.5. CHAVE ESTÁTICA

7.5.1. Chave estática de estado sólido do tipo SCR ou de tecnologia superior.

7.5.2. Tensão nominal: 380 V / 220 V, trifásico com neutro e condutor de proteção (3F + N + PE).

7.5.3. Potência nominal: igual à potência nominal do SAI, conforme indicação nas especificações iniciais

7.5.4. Frequência nominal: 60 Hz

7.5.5. Tempo de transferência com sincronismo: nulo, sem interrupção.

7.5.6. O circuito de *by-pass* deverá ser fornecido como parte integrante do SAI. O controle lógico do *by-pass* deverá conter um circuito de controle de transferência automático que sente o sinal de status lógico do inversor, operando em condições de alarme. Este circuito de controle deve fazer a transferência da carga para a rede do *by-pass*, sem exceder o tempo especificado de interrupção permitido, quando uma sobrecarga ou mau funcionamento ocorrer com o SAI.

7.5.7. O controle lógico de transferência deverá automaticamente ativar o *by-pass*, transferindo a carga crítica CA para a rede do *by-pass*, depois de sentir uma das seguintes condições: capacidade de sobrecarga no inversor excedida, sobretemperatura no inversor ou condição de falha do SAI (fora da configuração de redundância).

7.6. AUTO TRANSFORMADOR 380V/220V – 220/110V

É parte integrante do Sistema SAI-150 KW, a instalação de um autotrasformador com entrada 380V/220V e saída 220V/110V, ligado à saída do *NoBreak*, perfeitamente alinhado com este e totalmente compatível elétrica e eletronicamente a este. A instalação de tal equipamento faz-se necessária devido a natureza da carga (TX TV DIGITAL) que tem a sua entrada em 220V /110V. Observar o disposto nas plantas (Título 7 do Anexo n. 1) e na descrição dos quadros para correta instalação do autotransformador.

8. ESPECIFICAÇÕES DO DISPLAY, DOS ALARMES E DOS COMANDOS

8.1. GERAL

8.1.1. O painel frontal consistirá de múltiplos *leds* de status, botões, *display* de cristal líquido iluminado para alarmes adicionais, configurações e informações. As informações apresentadas no painel deverão ser suficientes para a visualização fácil e rápida do estado operativo do SAI e a identificação de falhas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

- 8.1.2. Uma falha no SAI deverá ser notificada ao usuário pelos indicadores adicionais e por alarme sonoro.
- 8.1.3. Se houver uma condição de falha, o SAI deve tentar manter a energia condicionada para a carga ou, no mínimo, transferi-la para o by-pass.
- 8.1.4. Deverá também haver indicação de falha em cada módulo e da necessidade da substituição dele.
- 8.1.5. Adicionalmente, a um sinal de falha visual (alarme), o SAI deverá gravar ocorrências em uma memória de eventos rotativa. A memória de eventos deverá manter gravadas diversas ocorrências, sendo os eventos mais antigos os primeiros a serem descartados. O usuário deverá ter acesso à memória de eventos pelo display de cristal líquido. Todo alarme e(ou) evento memorizado deverá conter o horário e a data da ocorrência.

8.2. ALARMES SONOROS

- 8.2.1. Todo alarme sonoro deverá ser audível, pelo menos, no ambiente em que se encontra o SAI. Um alarme sonoro deverá ser usado em conjunto com indicações por *leds* e no display de cristal líquido para mostrar uma mudança de status no SAI.
- 8.2.2. Os alarmes sonoros devem alertar para cada uma das principais falhas do SAI, tais como falha de entrada de rede, subtensão de bateria (quando a carga estiver sendo alimentada pela bateria) e todas as outras condições de alarme. Para todas as condições de alarme, o usuário deverá olhar o *display* para determinar a causa do erro ou alarme. Todos os tons de alarme devem ser contínuos até que a condição de alarme deixe de existir ou que o alarme seja manualmente silenciado.

8.3. Display de cristal líquido (LCD)

O *display* LCD deverá prover informações para o usuário, devendo ser capaz de mostrar as principais informações do SAI, tais como: tensões, correntes, frequências, tempo de autonomia restante nas baterias (em minutos), capacidade das baterias (em %), potências na saída do SAI e informação de carregamento (em %).

8.4. Desligamento Remoto de Emergência (EPO)

A função de desligamento remoto de emergência (EPO) deverá proporcionar ao usuário desligar toda a saída do SAI em situação de emergência. O EPO deverá ser capaz de fazer interface com sistemas com contato normalmente fechado. O EPO deverá ser ativado quando um par de contatos, externos ao SAI, estiver ativado. As conexões do EPO devem ser feitas por meio de um simples conector de terminal de bloco.

9. ESPECIFICAÇÕES DAS MEDIÇÕES

O SAI deve realizar, no mínimo, as medições correspondentes às informações providas pelo *display*.



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

10. ESPECIFICAÇÕES DAS COMUNICAÇÕES

- 10.1. O SAI deverá ser flexível em comunicações. Ele deverá ser capaz de se comunicar por meio de portas sem alterar a sua operação. O uso de contatos de relés não deverá afetar a operação das portas de comunicação.
- 10.2. O SAI deverá ser capaz de se comunicar por meio de porta RS232 ou USB.
- 10.3. O SAI deverá ter instalados todos os componentes necessários ao estabelecimento de comunicação de alta velocidade com uma rede local no padrão Ethernet. Essa comunicação tem por objetivo o monitoramento remoto do SAI.
- 10.4. O SAI deve permitir controle e supervisão por meio de ações no painel de cada gabinete e em microcomputador rodando Windows. Este controle deve incluir operações de desligamento, ligamento e by-pass. Deverão ser fornecidos softwares específicos para essas finalidades.
- 10.5. O software de monitoramento e controle deverá ser capaz de buscar a informação do status presente do SAI. A busca de dados deverá se dar por meio de outra comunicação serial ou de conexão de rede.

11. INSTALAÇÃO

Toda instalação deverá ser feita de acordo com a norma ABNT NBR 5410 e com as demais normas pertinentes e de acordo com as determinações contidas no Título 2 deste Anexo.

12. INSPEÇÕES, TESTES E ENSAIOS

12.1. GERAIS

- 12.1.1. A Câmara dos Deputados poderá verificar junto à contratada o andamento da fabricação e da montagem dos componentes do SAI e inspecionar a qualidade dos componentes e acessórios empregados, além de exigir a comprovação de algumas características do SAI por meio de laudos técnicos e de ensaios que serão presenciados por representante(s) autorizado(s).
- 12.1.2. Será exigida a realização de, pelo menos, três ensaios com o SAI já instalado no local da instalação determinado pela Câmara dos Deputados descrito no Título 2 deste Anexo: um teste completo do SAI e de seus acessórios; o ensaio de funcionamento com carga trifásica nominal durante duas horas, com verificação da autonomia das baterias, carregamento simultâneo de baterias e alternância de módulos; e o ensaio de funcionamento com sobrecarga de 25% durante 10 minutos, com verificação da autonomia das baterias e alternância de módulos.
- 12.1.3. O resultado desses testes deverá ser documentado, assinado e datado para futuras referências.
- 12.1.4. As despesas com testes e ensaios nos equipamentos e acessórios, a serem feitos na fábrica e no campo, correrão exclusivamente por conta da contratada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

- 12.1.5. O SAI deverá vir acompanhado de manual de instruções em língua portuguesa, preferencialmente, ou língua inglesa, que deverá conter desenhos e instruções de instalação, descrição funcional do equipamento com diagramas de bloco, precauções de segurança, ilustrações, procedimentos operacionais passo-a-passo, diretrizes de manutenção de rotina e todas as demais informações que se fizerem necessárias para realização da correta operação e da necessária manutenção.
- 12.1.6. Caso seja solicitado, a contratada deverá executar testes em suas instalações na presença de pessoas indicadas pela Câmara dos Deputados para verificação das principais especificações antes do envio do equipamento. Esses testes incluirão principalmente testes para verificação da capacidade de carga, autonomia das baterias, verificação dos tempos de sobrecarga e alternância de módulos.
- 12.1.7. Todos os testes e ensaios deverão ser realizados por engenheiro ou técnico qualificado do fabricante ou seu representante acompanhado por engenheiro ou técnico qualificado indicado pela Câmara dos Deputados.

12.2. TESTES DE INSTALAÇÃO

A instalação do SAI deverá ser executada por técnicos qualificados, que deverão realizar todos os testes exigidos e necessários ao perfeito funcionamento do SAI, incluindo um teste completo do SAI e de seus acessórios.

12.3. SERVIÇOS DE CAMPO

12.3.1. Serviços personalizados

- 12.3.1.1. A contratada deverá possuir engenheiros e técnicos treinados pelo fabricante, dedicados à instalação, manutenção e reparos do SAI.
- 12.3.1.2. A contratada deverá ter um centro nacional de despacho rápido para coordenar o agendamento personalizado de serviços de campo.
- 12.3.1.3. A contratada deverá ter um telefone para suporte técnico qualificado com funcionamento ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano).
- 12.3.1.4. A contratada deverá providenciar a adequação do projeto, os ensaios, a embalagem, a entrega de equipamentos e materiais novos, todos devidamente montados, testados e prontos para a operação, bem como a montagem das instalações pertinentes no campo, envolvendo a desmontagem do atual sistema e atendendo ao disposto nestas especificações.
- 12.3.1.5. A contratada fica obrigada, ainda, a executar o *start-up* do SAI e a prestar os serviços de manutenção necessários ao correto funcionamento do SAI durante a vigência da garantia.
- 12.3.1.6. Obriga-se a contratada a efetuar a verificação e a comprovação prática da compatibilidade operativa entre o SAI e o gerador de emergência existente, pois o sistema deve ser de alta confiabilidade e disponibilidade.
- 12.3.1.7. A transferência de alimentação da concessionária para o gerador e o retorno da alimentação do gerador para a concessionária devem



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

ocorrer de modo que o SAI funcione perfeitamente, nas diversas situações de carga.

12.3.2. Estoque de peças sobressalentes

12.3.2.1. Peças sobressalentes deverão estar disponíveis no país.

12.3.2.2. O coordenador de suporte para peças sobressalentes deverá estar disponível para chamadas 24 h por dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano, para imediata disposição dessas.

12.3.3. Curso de treinamento de operação e manutenção do SAI

12.3.3.1. O curso de treinamento operacional deverá ser ministrado para, no mínimo, cinco e, no máximo, dez engenheiros e (ou) técnicos da Câmara dos Deputados, da TV Cultura e Membros Técnicos designados pela Assembléia Legislativa de São Paulo, no local determinado para instalação do Sistema.

12.3.3.2. O curso, com duração mínima de oito horas, deverá cobrir a teoria do SAI, local das subpartes, segurança, considerações sobre baterias e procedimentos de operação do sistema.

12.3.3.3. O curso deverá incluir técnicas de conversão CA para CC e CC para CA, assim como controle e medições.

12.3.3.4. No curso, devem ser vistos problemas e falhas utilizando as informações de alarmes e autodiagnóstico e simulação de faltas.

13. GARANTIA, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

13.1. Todos os equipamentos, componentes, peças e materiais do SAI, incluindo baterias, deverão possuir garantia integral pelo período mínimo de 12 meses a partir do *start-up* e deverá estar incluso no preço global oferecido por ocasião da licitação.

13.2. A garantia do sistema deverá englobar todas as despesas de equipamentos, componentes, peças e materiais e de mão-de-obra, bem como as de deslocamento, fretes e todas as demais despesas.

13.3. A garantia inclui todos os procedimentos de manutenção corretiva e preventiva.

13.4. Deverá ser entregue, junto com a instalação do SAI, para aprovação da Câmara dos Deputados, o plano de manutenção preventiva que será adotado na fase de garantia bem como a lista de materiais críticos/reserva a serem providenciados para o período pós-garantia.

13.5. A contratada deverá possuir assistência técnica na cidade de São Paulo – Capital, com técnico devidamente qualificado residente nesta cidade, sendo exigida a comprovação de residência.

13.6. A contratada deverá manter uma equipe adequada com atendimento 24 h por dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano.

13.7. A garantia e o pacote de serviços de manutenção preventiva devem ser executados por técnicos e engenheiros treinados pelo fabricante.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

- 13.8. Para a execução dos serviços de assistência técnica, a contratada deverá manter, em São Paulo – Capital, estoque suficiente de outros equipamentos, componentes, peças e materiais, incluindo baterias, idênticos aos instalados, para eventual substituição em caso de necessidade de manutenção corretiva.
- 13.9. O tempo máximo para o atendimento das solicitações efetuadas pelo órgão fiscalizador será de:
 - 13.9.1. 1 (uma) hora, para deslocamentos até o local do SAI, em regime de plantão contínuo, em qualquer dia ou horário, incluindo sábados, domingos e feriados;
 - 13.9.2. 30 (trinta) minutos, para a substituição de bateria defeituosa;
 - 13.9.3. 4 (quatro) horas para reparo em componente e(ou) módulo do SAI não referido no subitem 13.9.2;
 - 13.9.4. 5 (cinco) dias úteis para restituição à Câmara dos Deputados de módulo de potência ou componente retirado para reparo.
- 13.10. As despesas de locomoção, hospedagem e alimentação de profissionais da equipe da contratada correrão por conta exclusiva desta.
- 13.11. Os serviços de manutenção corretiva, que poderão compreender tarefas também exigidas para a manutenção preventiva, serão realizadas em razão de necessidade, constatada em procedimento de manutenção preventiva e(ou) por solicitação do órgão fiscalizador da Câmara dos Deputados, sem nenhum limite de chamadas.
- 13.12. O tempo máximo citado nos subitens de 13.9.2 a 13.9.4 poderá ser alterado em casos críticos e excepcionais, com autorização expressa do órgão fiscalizador da Câmara dos Deputados.
- 13.13. Imediatamente após cada manutenção, deverão ser apresentados ao órgão fiscalizador, os relatórios de manutenção, devidamente preenchidos e com as observações pertinentes relativas ao estado do SAI.
- 13.14. Os serviços serão executados, em regra, no local da instalação determinado pela da Câmara dos Deputados, conforme Título 2 deste Anexo, exceto quando se tratar de serviços de natureza complexa, caso em que algum componente e(ou) equipamento poderá ser removido para a oficina da contratada, com autorização prévia do órgão fiscalizador.
- 13.15. Caberá ao órgão fiscalizador solicitar autorização de saída ao Departamento de Material e Patrimônio na Câmara dos Deputados em Brasília, DF, em conjunto com a Unidade Administrativa do Edifício de Transmissores da Fundação Padre Anchieta – São Paulo – Capital, sendo essa instrumento indispensável à retirada dos componentes e(ou) equipamentos das dependências do local de instalação dos equipamentos.
- 13.16. A contratada comunicará ao órgão fiscalizador a devolução do componente e(ou) equipamento retirado para manutenção.
- 13.17. Todas as peças e equipamentos empregados deverão ser originais ou equivalentes em qualidade, características físicas, elétricas etc.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo n. 126.676/2009

13.18. A utilização de qualquer peça ou equipamento não-original só poderá ser feita com prévia autorização do órgão fiscalizador.

Brasília, 27 de agosto de 2010.

Sílvio Ricardo Fogaça Hofstatter
Pregoeiro



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

ANEXO N. 3

PREGÃO ELETRÔNICO N. 171/10

MODELO COMPLETO DA PROPOSTA

(Anexo disponível em documento WORD (.doc) para download na página <http://www2.camara.gov.br/transparencia/licitacoes/editais/pregaoeletronico.html>).

PREGÃO ELETRÔNICO N. 171/10

OBJETO: Aquisição de Sistema de Alimentação Ininterrupta (SAI), incluindo instalação, configuração, treinamento e garantia de funcionamento pelo período de doze meses.

EMPRESA: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

FONE/FAX: _____

ENDEREÇO ELETRÔNICO: _____

À

CÂMARA DOS DEPUTADOS

I - Em atendimento ao Edital do Pregão à epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços:

ITEM	DESCRÍÇÃO	MARCA/ MÓDELO	UN.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
ÚNICO	SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO ININTERRUPTA (SAI) TRIFÁSICO MODULAR 150 KW		UN	1	*Ver Obs	

PREÇO TOTAL DO ITEM ÚNICO POR EXtenso: _____

*OBS: O valor indicado neste campo é o valor que deve ser considerado no envio da Proposta Eletrônica (Anexo n. 4).

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (por extenso) dias (observar o disposto na alínea “c” do item 7.2 do Edital).

PRAZO DE ENTREGA, INSTALAÇÃO, START-UP DOS EQUIPAMENTOS E REALIZAÇÃO DO TREINAMENTO OPERACIONAL _____ (por extenso) dias (observar o disposto na alínea “d” do item 7.2 do Edital).

PRAZO DE GARANTIA DO OBJETO: _____ (por extenso) meses (observar o disposto na alínea “e” do item 7.2 do Edital).



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

II - DECLARAÇÕES

Declaramos que:

1. que o item constante dessa planilha corresponde exatamente às especificações descritas no Anexo n. 2 deste Edital, às quais aderimos formalmente;
2. que conhecemos e aceitamos todas as exigências do Edital e dos anexos da presente licitação;
3. que vistoriamos os locais e as dependências onde serão executados os serviços e que conhecemos plenamente a natureza, a área e as condições de execução destes, conforme Termo de Vistoria em anexo;
4. que estamos autorizados pelo fabricante a prestar os serviços de manutenção preventiva e corretiva especificadas neste Edital;

Caso solicitado pelo pregoeiro:

5. anexamos catálogos ou informações do fabricante que comprovam a perfeita adequação do equipamento ofertado às exigências editalícias.

Brasília, de 2010.

Assinatura do representante legal da empresa

Nome do representante legal da empresa

**SOMENTE PARA A LICITANTE QUE HOUVER SE MANIFESTADO CONFORME
DISPOSTO NO SUBITEM 5.2.1 DO EDITAL:**

Declaramos, sob as penas da lei, que cumprimos os requisitos legais para a qualificação como microempresa/ empresa de pequeno porte e estamos aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 48 da Lei Complementar n. 123, de 2006.

Brasília, de 2010.

Assinatura do representante legal da empresa

Nome do representante legal da empresa

(SÓ ASSINAR SE ESTIVER HABILITADA A EXERCER O DIREITO DE PREFERÊNCIA REFERIDO ACIMA)

Brasília, 27 de agosto de 2010.

Sílvio Ricardo Fogaça Hofstatter
Pregoeiro



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

ANEXO N. 4

PREGÃO ELETRÔNICO N. 171/10

CÓPIA DO FORMULÁRIO ELETRÔNICO DE ENTRADA DOS DADOS DA PROPOSTA

Informe o **PREÇO UNITÁRIO** oferecido para o item único.
NÃO DIGITE VÍRGULAS.

Exemplos:
a) se o valor é R\$ 1,45 digite 145
b) se o valor é R\$ 10,00 digite 1000

Informar a **marca e o modelo**, observando o disposto no item 7.2, alínea "f.1" do edital.

É necessário assinalar a declaração de que conhece e aceita as normas reguladoras e as exigências do Edital.

Câmara dos Deputados - Compras Eletrônicas

Item
Valor:
Proposta (R\$):
Marca / Modelo:
DETALHES

Declaro conhecer e aceitar as normas reguladoras e as exigências do Edital do presente certame licitatório.
 Declaro Estar enquadrado na preferência definida no Estatuto da Micro e Pequena Empresa.

ENVIAR PROPOSTA **DESISTIR**

Após preencher o valor da proposta para o item e assinalar a declaração, clicar com o mouse sobre o botão "Enviar Proposta".

Caso queira usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 48 da Lei Complementar 123, de 2006, a licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, por ocasião do encaminhamento da proposta e em campo próprio do sistema eletrônico, que atende aos requisitos previstos no artigo 3 da referida lei.

Brasília, 27 de agosto de 2010.

Sílvio Ricardo Fogaça Hofstatter
Pregoeiro



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

ANEXO N. 5

PREGÃO ELETRÔNICO N. 171/10

TABELA DE MULTAS

Para efeito de aplicação de multas à contratada pela inobservância das obrigações descritas neste Edital, são atribuídos percentuais sobre o valor do Sistema SAI a que se refere a infração, conforme tabela abaixo:

	INFRAÇÃO	PERCENTUAL
1	Deixar de apresentar relatório conforme descrito no item 13.13 do Anexo n. 2, por ocorrência.	1,0%
2	Deixar de executar, total ou parcialmente, o plano de manutenção preventiva descrito no item 13.4 do Anexo n. 2, por ocorrência.	1,0%
3	Deixar de cumprir o prazo fixado do subitem 13.9.1 do Anexo n. 2, por hora de atraso.	0,5%
4	Deixar de cumprir o prazo fixado no subitem 13.9.2 do Anexo n. 2, ressalvada a hipótese descrita no item 13.12 do mesmo anexo, por hora de atraso.	0,2%
5	Deixar de cumprir o prazo fixado do subitem 13.9.3 do Anexo n. 2, ressalvada a hipótese descrita no item 13.12 do mesmo anexo, por hora de atraso.	0,5%
6	Deixar de cumprir o prazo fixado do subitem 13.9.4 do Anexo n. 2, ressalvada a hipótese descrita no item 13.12 do mesmo anexo, por dia de atraso.	0,5%
7	Deixar de atender chamado de manutenção corretiva, por chamado.	3,0%
8	Deixar de cumprir instrução do órgão fiscalizador para a execução dos serviços, por ocorrência.	3,0%
9	Atribuir a execução dos serviços a pessoas não identificadas previamente pela contratada junto ao órgão fiscalizador da Câmara dos Deputados, por dia e por ocorrência.	4,0%
10	Retirar peça e(ou) equipamento de SAI das dependências da Câmara dos Deputados sem autorização desta, por peça ou equipamento.	4,0%
11	Deixar de cumprir qualquer cláusula contratual não explicitada nesta tabela, por ocorrência.	1,0%

Brasília, 27 de agosto de 2010.

Sílvio Ricardo Fogaça Hofstatter
Pregoeiro



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo n. 126.676/2009

ANEXO N. 6

PREGÃO ELETRÔNICO N. 171/10

ORÇAMENTO ESTIMADO

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
ÚNICO	SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO ININTERRUPTA (SAI) TRIFÁSICO MODULAR – 150 KW	UN	1	677.166,89	677.166,89

Brasília, 27 de agosto de 2010.

Sílvio Ricardo Fogaça Hofstatter
Pregoeiro



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

ANEXO N. 7

PREGÃO ELETRÔNICO N. 171/10

MODELO DE TERMO DE VISTORIA

Pregão Eletrônico n. 171/10

Objeto: Aquisição de Sistema de Alimentação Ininterrupta (SAI), incluindo instalação, configuração, treinamento e garantia de funcionamento pelo período de doze meses.

Declaramos que o(a) Sr(a) _____, RG n. _____, CPF n. _____, representante da empresa _____, onde ocupa o cargo de _____, vistoriou os locais onde serão executados os serviços e que tomou conhecimento integral das condições de execução desses, assim como de todos os detalhes técnicos dos projetos, para fins de participação no processo licitatório do Pregão Eletrônico n. 171/10.

PARA USO DO DEPARTAMENTO TÉCNICO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília, DF, ____ de _____ de 200__.

Nome e ponto do servidor

Nome e ponto do servidor

Brasília, 27 de agosto de 2010.

Sílvio Ricardo Fogaça Hofstatter
Pregoeiro



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

ANEXO N. 8

PREGÃO ELETRÔNICO N. 171/10

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N. (MINUTA)

CONTRATO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA DOS DEPUTADOS E A (ADJUDICATÁRIA), PARA AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO ININTERRUPTA (SAI), INCLUINDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO E GARANTIA DE FUNCIONAMENTO.

Ao(s) dia(s) do mês de de dois mil e dez, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CONTRATANTE, e neste ato representada por seu Diretor-Geral, o senhor SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília - DF, e a (ADJUDICATÁRIA), situada na (endereço e cidade), inscrita no CNPJ sob o n. , daqui por diante denominada CONTRATADA, e neste ato representada por seu (cargo na empresa), o senhor (nome e qualificação), residente e domiciliado em (cidade), perante as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente Contrato, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei n. 8.666, de 21/6/93, e alterações posteriores, daqui por diante denominada simplesmente LEI, na Lei n. 10.520, de 17/7/02, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e com o Edital do Pregão Eletrônico n. 171/10 e seus Anexos, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato é a aquisição de Sistema de Alimentação Ininterrupta (SAI), incluindo instalação, configuração, treinamento e garantia de funcionamento pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as quantidades e especificações técnicas descritas no Anexo n. 2 e demais exigências e condições expressas no Edital do Pregão Eletrônico n. 171/10 e seus Anexos.

Parágrafo primeiro – Fazem parte do presente contrato, para todos os efeitos:

- a) Edital do Pregão Eletrônico n. 171/10 e seus Anexos;
- b) Ata da Sessão Pública do Pregão Eletrônico n. 171/10;
- c) Proposta da CONTRATADA, datada de ____/____/____.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

Parágrafo segundo – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor decorrente do presente Contrato, em razão de inclusão ou exclusão de componentes do objeto, sem modificação de preços e demais condições constantes de sua proposta, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 1º do artigo 113 do REGULAMENTO, e previsto no subitem 1.2 do referido Edital.

Parágrafo terceiro – As supressões além desse limite são facultadas por acordo entre as partes, em conformidade com o inciso II do parágrafo 2º do artigo 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 2º do artigo 113 do REGULAMENTO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

O produto objeto deste Contrato deverá obedecer rigorosamente às especificações técnicas descritas no Anexo n. 2 ao Edital do Pregão Eletrônico n. 171/10.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo de entrega, instalação, *start-up* e realização do treinamento operacional objeto desta contratação será o constante da proposta da Contratada que não pode ser superior a 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura deste Contrato, observado o disposto na Cláusula Quinta deste Contrato.

Parágrafo primeiro – Todos os equipamentos deverão ser entregues juntamente com os respectivos manuais de operação e manutenção, em português, preferencialmente, ou em inglês.

Parágrafo segundo – Toda instalação deverá ser feita de acordo com a norma ABNT NBR 5410 e com as demais normas pertinentes e de acordo com as determinações contidas no Título 2 do Anexo n. 2 ao Edital do Pregão Eletrônico n. 171/10.

Parágrafo terceiro – Os equipamentos deverão ser entregues no horário das 9 às 11h30 e das 14 às 17h30, no Edifício de Transmissores da Fundação Padre Anchieta, Avenida Dr. Arnaldo, n. 1761, Bairro Sumaré, São Paulo/SP, dentro do prazo estabelecido na proposta da CONTRATADA, que será contado a partir da data de assinatura deste Contrato.

Parágrafo quarto – É de responsabilidade da CONTRATADA o transporte vertical e horizontal do material até o local indicado no parágrafo anterior.

Parágrafo quinto – A data e o horário da instalação serão informados à CONTRATADA pelo órgão fiscalizador, em função das necessidades da CONTRATANTE, podendo ocorrer em período noturno e em finais de semana.

Parágrafo sexto – Caso o equipamento ofertado seja importado, a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, por ocasião da entrega do equipamento, a apresentação da 4ª (quarta) via da guia de importação juntamente com a nota fiscal e outros comprovantes de importação do equipamento, em conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo sétimo – O objeto contratual será recebido definitivamente após a entrega, a instalação e o *start-up* dos equipamentos e a realização do treinamento operacional, se em perfeitas condições e conforme as especificações editalícias a que se vincula a proposta da CONTRATADA.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA, DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Todos os equipamentos, componentes, peças e materiais do SAI, incluindo baterias, deverão possuir garantia pelo período constante da proposta da Contratada que não pode ser inferior a 12 (doze) meses a partir do *start-up*, observado todo o disposto no Título 13 do Anexo n. 2 ao Edital do Pregão Eletrônico n. 171/10.

Parágrafo primeiro – A garantia do sistema deverá englobar todas as despesas de equipamentos, componentes, peças e materiais e de mão-de-obra, bem como as de deslocamento, fretes e todas as demais despesas.

Parágrafo segundo – A garantia inclui todos os procedimentos de manutenção corretiva e preventiva.

Parágrafo terceiro – A CONTRATADA deverá manter uma equipe adequada com atendimento 24h (vinte e quatro horas) por dia, 7 (sete) dias por semana, em todos os dias do ano.

CLÁUSULA QUINTA – CAPACITAÇÃO OPERACIONAL

O curso de treinamento operacional deverá ser ministrado para, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo 10 (dez) engenheiros e (ou) técnicos da CONTRATANTE, da TV Cultura e Membros Técnicos designados pela Assembléia Legislativa de São Paulo, no local determinado para instalação do Sistema.

Parágrafo primeiro – O curso, com duração mínima de 8 (oito) horas, deverá cobrir a teoria do SAI, local das subpartes, segurança, considerações sobre baterias e procedimentos de operação do sistema.

Parágrafo segundo – O curso deverá incluir técnicas de conversão CA para CC e CC para CA, assim como controle de medições.

Parágrafo terceiro – No curso, devem ser vistos problemas e falhas utilizando as informações de alarmes e autodiagnóstico e simulação de faltas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, execução insatisfatória dos serviços, omissões ou outras faltas mencionadas no Título 13 do Edital do Pregão Eletrônico n. 171/10, bem como o cometimento das infrações mencionadas no Anexo n. 5 ao mesmo Edital, serão aplicadas à CONTRATADA as multas e demais sanções previstas nos respectivos dispositivos editalícios, observadas as condições neles indicadas, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 87 da LEI, correspondente ao artigo 135 do REGULAMENTO, e, ainda, no artigo 7º da Lei n. 10.520/02.

Parágrafo primeiro – Não será aplicada multa de valor igual ou inferior a 10% da quantia definida na Portaria n. 49, de 1º de abril de 2004, do Ministério da Fazenda, ou em norma que vier a substituí-la, para inscrição de débito na Dívida Ativa da União.

Parágrafo segundo – Não se aplica o disposto no parágrafo anterior, quando verificada, num período de 60 (sessenta) dias, a ocorrência de multas que somadas ultrapassem o valor fixado para inscrição em Dívida Ativa da União.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA aquelas enunciadas no Edital do Pregão Eletrônico n. 171/10 e neste instrumento contratual, além daquelas determinadas pelo órgão fiscalizador, em caráter complementar, visando à perfeita execução do objeto do presente Contrato.

Parágrafo primeiro – Todas as obrigações trabalhistas, inclusive aquelas relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Previdência Social, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, como única empregadora da mão-de-obra utilizada para os fins estabelecidos no presente Contrato.

Parágrafo segundo – A CONTRATADA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) açãoada diretamente como Correclamada.

Parágrafo terceiro – A CONTRATADA fica obrigada a apresentar à CONTRATANTE, sempre que expire o prazo de validade, a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (CND), a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

Parágrafo quarto – A não apresentação das certidões e do certificado, na forma mencionada no parágrafo anterior, implicará o descumprimento de cláusula contratual, podendo, inclusive, ensejar a rescisão deste Contrato, nos termos do artigo 78 da LEI, correspondente ao artigo 126 do REGULAMENTO.

Parágrafo quinto – A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade por danos ou desvios eventualmente causados ao patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, na área de prestação dos serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas neste Contrato.

Parágrafo sexto – A CONTRATADA comunicará, verbal e imediatamente, ao órgão fiscalizador, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços e, em até 1 (um) dia útil após o ocorrido, reduzirá a escrito a comunicação verbal, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgados necessários ao esclarecimento dos fatos.

Parágrafo sétimo – Os empregados da CONTRATADA, por esta alocados na execução dos serviços, embora sujeitos às normas disciplinares ou convencionais da Casa, não terão com ela qualquer vínculo empregatício.

Parágrafo oitavo – Todas as obrigações tributárias, trabalhistas e sociais da CONTRATADA e de seus empregados serão de inteira responsabilidade desta.

Parágrafo nono – A CONTRATADA ficará obrigada a reparar, corrigir, refazer ou substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados, por exigência do órgão fiscalizador, que lhe assinará prazo compatível com as providências ou reparos a realizar.

Parágrafo décimo – A CONTRATADA deverá registrar no CREA, sem nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE, o fornecimento e a instalação dos equipamentos objeto desta contratação, com indicação de responsabilidade técnica e fornecer cópia autenticada dessa documentação à CONTRATANTE, no prazo máximo de 60 (sessenta)



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

dias após a realização do treinamento operacional.

Parágrafo décimo primeiro – A CONTRATADA fica obrigada a manter durante toda a execução deste Contrato, todas as condições de habilitação exigidas no momento da licitação.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O preço total do presente Contrato é de R\$ (valor numérico e por extenso), considerando-se os preços unitários constantes da proposta da CONTRATADA.

Parágrafo primeiro – O pagamento do material entregue e dos serviços prestados à CONTRATANTE será efetuado por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação em 2 (duas) vias de nota fiscal/fatura discriminada.

Parágrafo segundo – A instituição bancária, a agência e a conta corrente deverão estar indicados na nota fiscal/fatura.

Parágrafo terceiro – Quando da entrega dos equipamentos, juntamente com os respectivos manuais de operação e manutenção, a CONTRATADA fará jus ao pagamento de 90% (noventa por cento) do valor total dos equipamentos entregues, constante da proposta de preços da CONTRATADA, após o aceite pelo órgão fiscalizador.

Parágrafo quarto – Após a instalação, o *start-up* dos equipamentos e a realização do treinamento operacional, será efetuado o pagamento dos 10% (dez por cento) restantes do valor total dos equipamentos entregues, constante da proposta de preços da CONTRATADA.

Parágrafo quinto – O pagamento será efetuado com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado a partir do aceite do equipamento ou de instalação/*start-up*/realização do treinamento operacional e da comprovação da regularidade da documentação fiscal apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.

Parágrafo sexto – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data referida no parágrafo anterior e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, são calculados por meio da aplicação da fórmula constante do subitem 14.4.1 do Título 14 do Edital do Pregão Eletrônico n. 171/10.

Parágrafo sétimo – Quando aplicável, o pagamento efetuado pela CONTRATANTE estará sujeito às retenções de que trata o artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1991, com a redação dada pelas Leis n. 9.711, de 1998, e n. 11.933, de 2009, além das previstas no artigo 64 da Lei n. 9.430, de 1996, e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

Parágrafo oitavo – Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no parágrafo anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo n. 126.676/2009

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA

Para segurança do cumprimento de suas obrigações, a CONTRATADA prestou garantia de R\$ (valor numérico e por extenso), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste Contrato, em conformidade com o disposto no artigo 56 da LEI, c/c o artigo 93 do REGULAMENTO, observando ainda o disposto no Título 12 do Edital do Pregão Eletrônico n. 171/10.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução do presente Contrato, objeto da Nota de Empenho n. 2010NE _____, correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

Programa de Trabalho: 01.031.0553.4061.0001 – Processo Legislativo

Natureza da Despesa:

- 4.0.00.00 – Despesas de Capital
- 4.4.00.00 – Investimentos
- 4.4.90.00 – Aplicações Diretas
- 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O presente Contrato terá vigência de ____/____/____ a ____/____/____, ou seja, até o término do prazo de garantia previsto na Cláusula Quarta deste Contrato.

Parágrafo único – O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ÓRGÃO FISCALIZADOR

Considera-se órgão fiscalizador do presente Contrato o Departamento Técnico da CONTRATANTE, situado no 18º andar, do Edifício Anexo I da Câmara dos Deputados, que designará servidor responsável pelos atos de acompanhamento e fiscalização desta contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir demandas judiciais decorrentes do cumprimento deste Contrato.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo n. 126.676/2009

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com (valor numérico e por extenso) folhas cada uma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, de de 2010.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida (nome)
Diretor-Geral (cargo)
CPF n. 358.677.601-20 (CPF)

Testemunhas: 1) _____
2) _____

Brasília, 27 de agosto de 2010.

Sílvio Ricardo Fogaça Hofstatter
Pregoeiro